

Relatório & Contas
2008 



ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Francisco da Cunha Lucas
Presidente

Tomaz Andrade Rocha
Mário Figueiredo Costa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mário Leite Santos
Presidente

Manuel Cardoso Pinto Marta
Manuel Carvalho Fernandes
João Ibérico Nogueira
Vitor Farinha Nunes

CONSELHO FISCAL

António Freitas dos Santos
Presidente

Manuel Rui dos Santos Caseirão
Vogal
KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A.

Relatório & Contas 2008

TECNICRÉDITO SGPS, S.A.

Relatório do Conselho de Administração
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Demonstrações Financeiras Individuais
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Relatórios e Pareceres dos Órgãos de Fiscalização

01

SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES DA ACTIVIDADE

RELATÓRIO&CONTAS 2008

Síntese dos Principais Indicadores da Actividade

	2008	2007
PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS		
Crédito sob Gestão	1.020.579.636	1.075.568.662
Capitais Próprios	239.929.886	228.574.328
Margem Financeira Bruta	77.102.349	77.066.418
Imparidade do Crédito	53.494.955	91.486.511
Resultado Líquido	30.272.264	36.131.294
INDICADORES DE QUALIDADE DE CRÉDITO		
Crédito Vencido Total / Crédito em Balanço	6,40%	9,11%
Crédito com Incumprimento há + 90 dias / Crédito em Balanço	5,64%	8,43%
Crédito com Incumprimento há + 90 dias Líquido / Crédito em Balanço Líquido	0,42%	-0,08%
INDICADORES DE PRODUTIVIDADE		
(Custos de Funcionamento + Amortizações) / Produto Bancário	32,17%	33,17%
(Custos com Pessoal) / Produto Bancário	10,35%	9,74%
INDICADORES DE RENDIBILIDADE		
Dividendo distribuído por Acção	0,28€	0,32€
Rendibilidade dos Créditos Sob Gestão Médios	3,40%	4,56%
Rendibilidade dos Capitais Próprios e Passivos Subordinados	14,71%	21,07%
Resultado antes de Imposto / Capitais Próprios Médios	15,05%	21,63%
Resultado antes de Imposto / Activo Líquido Médio	3,11%	4,37%
Resultado Líquido / Capitais Próprios Médios	12,79%	17,11%
Resultado Líquido / Activo Líquido Médio	2,64%	3,45%
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	8,21%	8,88%
Produto Bancário / Crédito sob Gestão Médio	8,99%	9,28%
INDICADORES DE SOLVABILIDADE		
Rácio Core Tier I	24,86%	17,25%
Rácio Tier I	24,86%	17,25%
Rácio Tier II	0,32%	0,32%
Rácio de Solvabilidade	23,57%	16,21%

Nota: Rácios de solvabilidade de 2007 calculados de acordo com Basileia I e de 2008 de acordo com Basileia II



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REFERENTE À ACTIVIDADE E ÀS CONTAS DE 2008 DA TECNICRÉDITO SGPS, S. A.

Senhores Accionistas,

Submetemos à apreciação de Vossas Excelências o Relatório e as Contas da Tecnicrédito SGPS relativos ao ano de 2008.

Síntese dos Principais Acontecimentos do Ano

O Resultado Líquido Consolidado de 2008 situou-se nos 30,3 milhões de euros que compara com os 36,1 milhões de euros do ano anterior. Trata-se de um resultado bastante favorável, tendo em consideração as adversidades que se viveram em 2008 no sector financeiro mundial, em particular nas economias mais desenvolvidas, com consequências ao nível da liquidez e da capacidade dos consumidores em contrair novos empréstimos e também na capacidade de cumprir os compromissos já assumidos.

No seu conjunto a actividade do Grupo traduziu-se na concessão de 318,4 milhões de euros de crédito, decorrentes da celebração de 50.380 novos contratos, valores inferiores em 30% e 25%, respectivamente, aos apresentados em 2007. Face à actual conjuntura, a moderação e bom critério na concessão de crédito é aconselhável, dadas as perspectivas sombrias do crescimento económico, com a tendência para o aumento do desemprego, circunstâncias que geram aumento do risco de crédito, dada a maior propensão ao incumprimento. A quebra foi sentida nos mercados onde o Grupo actua há mais tempo - Portugal, Hungria e Espanha - sendo que nos mercados onde actua há menos tempo - Eslováquia e Polónia - o desempenho foi mais positivo.

Não obstante a redução da produção, o portfólio em balanço manteve-se quase ao mesmo nível, com uma contracção inferior a 2%. Em 31 de Dezembro de 2008, a carteira de crédito a clientes do Grupo Tecnicrédito era de 967,1 milhões de euros, líquida de imparidade, quando um ano antes era de 984,1 milhões de euros.



A actividade em Portugal registou uma quebra na ordem dos 30%, tendo sido celebrados 32.498 novos contratos que representam um total de crédito concedido de 235,5 milhões de euros.

No estrangeiro, o aumento do número de negócios na Eslováquia e na Polónia não foi suficiente para compensar a contracção da actividade na Espanha e na Hungria, países cujas economias foram bastante afectadas pela crise financeira mundial. Ao todo, a actividade do Grupo no estrangeiro gerou 82,9 milhões de euros de novo crédito, menos 27% que no ano transacto. A filial da Hungria contribuiu com 50,8 milhões de euros de crédito e as sucursais de Espanha, Eslováquia e Polónia, com 32,1 milhões de euros. Mais adiante analisaremos em detalhe as operações e linhas de negócio responsáveis por esta evolução.

O grupo financeiro brasileiro composto pelo banco Pecúnia e pela empresa Credial, no qual a Tecnicrédito SGPS detém desde 2007 uma participação de 30%, apresentou um desempenho bastante favorável, tendo contribuído de forma já expressiva para o resultado consolidado do Grupo.

A operação de titularização Bmore N°5, concretizada com grande sucesso em finais de 2007, encontra-se ainda na sua primeira fase - *asset backed commercial paper*. Durante o ano de 2008 foram cedidas novas tranches perfazendo um encaixe total de 120 milhões de euros, para além dos activos cedidos no âmbito do período de *revolving*, que representaram mais 47,8 milhões de euros.

2008 em Crise Global

No ano após a comemoração do seu vigésimo aniversário, o Grupo Tecnicrédito, como a generalidade das instituições bancárias e financeiras, passou um dos anos mais adversos das suas duas décadas de actividade.

Num cenário marcado pela dificuldade na obtenção de liquidez e pela deterioração do sentimento económico (com os indicadores de confiança a atingirem em Dezembro o nível mais baixo desde que começou a ser calculado), com fortes penalizações no desempenho do consumo interno, o Grupo conseguiu ainda assim apresentar um bom desempenho, patenteado pelos números apresentados, com particular destaque para os resultados alcançados que, apesar da quebra face ao ano anterior, apresentam desempenho relativo muito acima do quadro geral do sistema bancário português.

Para tal estamos cientes ter contribuído uma gestão cautelosa e realista e a prossecução de uma estratégia de prevenção de risco em detrimento do volume de negócio.

A Administração da Tecnicrédito está confiante de que, com o empenho de toda a sua equipa e com o apoio e clarividência dos seus parceiros de negócio, a actividade do Grupo manterá, apesar da crise, uma trajectória de sucesso.

Quadro Geral da Economia

Enquadramento económico

Em 2008, a economia mundial foi abalada pelo choque financeiro que teve início em meados de 2007 com a crise do "subprime" americano. A turbulência e a crise de confiança vivida pelos mercados financeiros provocou uma hecatombe em bancos e outras instituições financeiras, gerando pânico nos mercados de capitais que teve repercussão na actividade económica e conduziu a uma situação de desaceleração da economia global, com consequências dramáticas no investimento e no consumo que se haveriam de reflectir na falência ou reestruturação de empresas e em enorme aumento generalizado de desemprego.

O ano de 2008 ficou assim marcado por uma crise inédita desde a crise financeira dos anos 30, sendo também sem precedentes no mundo financeiro moderno a intensidade e rapidez com que os Governos intervieram na economia, inclusive através de nacionalizações, concessão de garantias e participação no capital, a fim de estabilizar a situação financeira dos seus países, restabelecendo a confiança nas instituições.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REFERENTE À ACTIVIDADE E ÀS CONTAS DE 2008 DA TECNICRÉDITO SGPS, S. A.

Nos Estados Unidos vive-se uma situação de degradação da conjuntura, com o PIB a contrair de forma expressiva no último trimestre de 2008 e com tendência similar para os primeiros meses de 2009. Ainda assim, o ano de 2008 apresenta um crescimento positivo, embora o *National Bureau of Economics Research* (organismo que determina o começo e o final dos períodos de expansão) tenha anunciado que a economia norte-americana tinha já iniciado um ciclo recessivo no final de 2007.

País/Região	Crescimento anual do PIB		Taxa inflação		Taxa desemprego		Défice público	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
União Europeia	2,9%	1,0%	2,2%	3,3%	6,7%	6,8%	-0,8%	-1,8%
Zona Euro	2,7%	0,8%	2,1%	3,3%	7,3%	7,4%	-0,7%	-1,5%
Reino Unido	3,0%	0,7%	2,3%	3,7%	5,3%	5,7%	-2,8%	-4,2%
EUA	2,0%	1,1%	2,9%	4,3%	4,6%	5,7%	-2,9%	-5,3%
Japão	2,1%	-0,3%	0,0%	1,4%	3,9%	4,1%	-2,4%	-1,4%
Ásia Emergente	9,8%	7,2%	4,3%	6,4%	3,4%	3,4%	-0,7%	-0,7%
Economia Global	4,2%	2,7%	2,8%	4,3%	4,6%	4,8%	-1,1%	-1,7%

As repercussões desse cenário já se fazem sentir em várias áreas: a taxa de desemprego situa-se próxima dos 6%, a pior dos últimos 15 anos; a procura interna também sofre uma retracção, devido não só ao aumento do desemprego, mas também devido à deterioração do mercado habitacional; a produção industrial caiu durante 5 meses consecutivos.

Sobre o recém eleito Governo norte-americano recai uma grande expectativa em relação à estratégia a implementar para travar a recessão e inverter o ciclo. Algumas das medidas já tomadas passaram pela concessão de empréstimos e de garantias por parte do Governo a algumas instituições financeiras e pela descida das taxas directoras por parte do FED. Em Dezembro a *fed fund rate* tornou-se virtualmente nula, tendo sido colocada no intervalo entre 0% e 0,25% (quando no início do ano situava-se nos 4,25%).

Taxas de Juros de Referência		
País/Região	Valor Dezembro 07	Valor Dezembro 08
EUA	4,25%	0,25%
Zona Euro	4,00%	2,50%
Reino Unido	5,50%	2,00%
Japão	0,50%	0,00%

Na Zona Euro, as perspectivas são semelhantes. Após um primeiro semestre de relativo crescimento, a segunda metade do ano foi também caracterizada pelo abrandamento da economia, pela falta de liquidez no mercado e pela necessidade de intervenção por parte dos Governos, através da disponibilização de fundos e de garantias para estimular a economia e devolver a confiança aos agentes.

Durante o primeiro semestre de 2008, o Banco Central Europeu manteve uma orientação restritiva da política monetária tendo a 6 de Junho aumentado a taxa das operações de refinanciamento, considerando a existência de riscos ascendentes para a estabilidade dos preços. Um mês depois, impressionado decerto pelo aumento acentuado dos produtos energéticos e alimentares, volta a subir a taxa de refinanciamento para 4,25%, que vai manter até Outubro de 2008, quando a crise financeira atinge a fase mais aguda do seu desenvolvimento e se verificou uma acção concertada das Autoridades Monetárias do Euro e da Reserva Federal americana, do Banco de Inglaterra e dos Bancos Centrais do Canadá, da Suíça e da Suécia. Por essas medidas restritivas, num quadro

de enormes dificuldades dos mercados financeiros, o BCE tem sido actualmente objecto de críticas. Em 6 de Novembro o BCE acentuou o ritmo de redução da taxa de juro de referência para a Zona Euro, para 3,25%.

As projecções apontam para uma contracção do PIB da Zona Euro em 2009, para um desempenho económico condicionado por fortes restrições ao financiamento do consumo e do investimento e para uma subida do desemprego. Por outro lado espera-se que os reduzidos níveis de taxa de juro contribuam de forma positiva para a normalização dos mercados monetários e para o desempenho económico das famílias e empresas.

Média Mensal das Taxas de Câmbio de Referência			
Moeda	Dezembro 07	Dezembro 08	Variação 07/08
EUR/USD	1,470	1,345	-8,51%
EUR/GBP	0,721	0,904	25,45%
EUR/JPY	164,270	122,513	-25,42%
EUR/BRL	2,606	3,227	23,81%

Principais Indicadores económicos nos vários países onde o Banco Mais se encontra presente

A actividade económica na União Europeia terminou o ano de 2008 de forma pouco positiva, com sinais de abrandamento e com perspectivas de contracção do PIB pelo menos nos primeiros trimestres de 2009. A intensidade com que a crise financeira afectou as economias onde o Grupo actua não foi a mesma em todos os países.

País	Crescimento PIB		Taxa inflação		Taxa desemprego		Défice público	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Portugal	1,9%	0,0%	2,8%	2,6%	8,0%	7,6%	-2,6%	-2,2%
Espanha	3,7%	1,2%	2,8%	4,1%	8,3%	11,1%	2,2%	-3,4%
Hungria	1,3%	0,9%	7,7%	4,9%	7,3%	8,1%	-5,0%	-3,4%
Eslováquia	10,4%	7,0%	1,7%	4,0%	11,2%	9,8%	-1,8%	-2,3%
Polónia	6,8%	5,0%	2,5%	4,0%	9,4%	7,3%	-2,0%	-2,3%
Braçil	5,7%	5,4%	4,5%	5,9%	15,5%	14,1%	-2,3%	-1,3%

Portugal foi um dos países cujo *rating* da dívida pública sofreu um *downgrading* (de AA- para A+) em consequência da deterioração das perspectivas para o crescimento e do elevado endividamento do país, quer no sector público, quer no privado. Ainda assim, a economia Portuguesa não foi das mais expostas à crise financeira que se instalou na segunda metade de 2008. A contracção da economia no quarto trimestre foi de 2% e a taxa de desemprego situava-se no final do ano em 7,6%, valores em linha com os verificados no ano anterior. No entanto, com o índice de confiança a situar-se nos níveis mais baixos de sempre, as perspectivas apontam para o prolongar da crise pelo menos durante o ano de 2009.

A Espanha enfrenta, desde o quarto trimestre de 2008 a sua primeira recessão dos últimos 15 anos. A economia Espanhola apresentou um crescimento de 1,2% em 2008, tendo no entanto entrado em recessão no final do ano, para a qual contribuiu principalmente a contracção do consumo das famílias. O nível de desemprego foi particularmente afectado pelo contexto económico, tendo o número de desempregados registado um crescimento de mais de 50%, comparativamente a 2007, terminando a taxa de desemprego em 11,1%.



A Hungria foi um dos países mais afectados pela crise internacional, devido ao facto da sua economia estar fortemente dependente do capital financeiro proveniente do estrangeiro. O colapso financeiro foi evitado através do recurso às instituições financeiras internacionais para a obtenção de um empréstimo de USD 25 mil milhões.

O PIB da Hungria registou um crescimento inferior a 1% no final do terceiro trimestre de 2008 (0,8%) sendo de 0,9% a previsão para o ano. Esse decréscimo face ao ano transacto deve-se essencialmente ao impacto da manutenção da austeridade fiscal, bem como das altas taxas de juros, em ambos os casos medidas destinadas a corrigir o défice público e controlar a inflação.

Relativamente à taxa de câmbio, o *forint* apresentou uma registável volatilidade face ao Euro durante o ano de 2008, especialmente quando comparado com o ano anterior. No final do ano o câmbio EUR/HUF era de 266,70, o que traduz uma desvalorização de 5% face à cotação verificada no início do ano.

Destaca-se, atestando a volatilidade antes referida, que em 18 Julho a taxa de câmbio EUR/HUF era de 228,16 o que significa que desde essa data e até ao final do ano a desvalorização do *forint* face ao EURO foi de 15%.

Moeda		Dez-2007	Dez-2008
Forint Húngaro	EUR / HUF	253,73	266,70
Coroa Eslovaca	EUR / SKK	33,58	30,13
Zloti Polaco	EUR / PLN	3,59	4,15

A economia Eslovaca continuou a apresentar em 2008 um crescimento bastante positivo, com o PIB a aumentar 7%. Esse valor, cerca de 3% abaixo do registado em 2007 marca um ponto de viragem na economia eslovaca que, tendo apresentado um crescimento excepcionalmente forte nos últimos anos, começa agora a dar sinais de abrandamento. As previsões para 2009 apontam para uma quebra nas exportações, consequência da queda da produção de carros novos e de electrodomésticos, juntamente com uma quebra no consumo interno. Em 1 de Janeiro de 2009, o Euro passou a ser a moeda oficial da Eslováquia, valendo 30,126 coroas eslovacas.

A economia da Polónia, uma das maiores e mais dinâmicas da Europa Central, também foi afectada pela crise financeira global, tendo apresentado em 2008 um PIB de 5%, ligeiramente abaixo do registado no ano anterior. Esse crescimento assenta no dinamismo da procura interna, apesar do abrandamento que se verificou no final do ano, fruto em parte do crescimento dos preços. O ano foi também marcado pela flutuação do *zloty*, que após um primeiro semestre de forte valorização, registou uma queda de 30% entre Agosto e Dezembro. Para combater a crise financeira, o Governo polaco apresentou medidas como um pacote de estabilização económica destinado em grande parte a reavivar o mercado interbancário, medidas de carácter fiscal e redução da taxa de referência por parte do Banco Central.

Mercado Automóvel

As vendas totais de automóveis ligeiros de passageiros na Europa decresceram 7% em 2008 face a 2007, atingindo as 14.712.158 unidades. De acordo com a ACEA (Associação de Construtores Europeus de Automóveis) essa descida é a mais acentuada desde 1993. Os meses de Novembro e Dezembro de 2008 foram os que apresentaram piores desempenhos, contribuindo de forma significativa para o comportamento global do ano.

Mesmo nos mais recentes estados-membros da UE, onde em 2007 o crescimento registado foi bastante superior ao da média europeia, em 2008 as vendas também apresentaram um decréscimo de cerca de 0,7%. Na Europa Ocidental, as vendas contraíram 8,4%.

Nos países onde o Grupo se encontra a operar pudemos observar no ano de 2008 comportamentos diferentes nas vendas de veículos novos.

Veículos Novos - Mercado Ligeiros					
País	2005	2006	2007	2008	Var. 07/08
Portugal	203.443	194.702	201.816	213.386	5,73%
Hungria	201.413	187.676	171.661	153.227	-10,74%
Espanha	1.528.849	1.634.608	1.614.835	1.161.176	-28,09%
Eslováquia	56.916	59.084	59.700	72.022	20,64%
Polónia	235.504	239.038	293.305	320.017	9,11%

Portugal foi um dos quatro países da Europa Ocidental que registou crescimento em 2008, para o qual contribuiu a antecipação dos consumidores ao agravamento da fiscalidade automóvel em 2009, especialmente nos automóveis a gasóleo. A variação nas vendas registada em 2008 foi de 5,7%, que compara com o crescimento de 3,7% do período homólogo.

No mercado de usados é mais difícil aferir o desempenho, pois as estimativas que eram feitas com base nos registos de propriedade efectuados são agora menos fiáveis pois em 2008 passou a ser obrigatório o registo provisório das viaturas em nome dos revendedores. De qualquer forma, os dados disponíveis em Outubro de 2008 perfazem um total de 503.452 registos de veículos ligeiros usados, contra 482.246 em período homólogo, sendo que esta estatística não representa um real crescimento das vendas de usados devido a duplicação dos registos.

Em Espanha o mercado automóvel de veículos novos registou em 2008 uma forte redução face a 2007, com uma queda de 28,6% nas unidades vendidas. No mercado de usados apesar de não haver dados estatísticos disponíveis, os rácios apontam para uma redução das vendas em 14%. À semelhança do que se verificou em 2007, as quebras registadas neste sector são explicadas em grande medida pelo aumento das taxas de juros, pelo elevado nível de endividamento das famílias e pelo incremento dos níveis de inflação e desemprego.

No mercado Húngaro as vendas de automóveis novos voltaram a registar em 2008 um decréscimo face a 2007, na ordem dos 10%. Este decréscimo, embora também afectado pelo abrandamento da economia Húngara, especialmente na vertente da procura interna, ficou fundamentalmente a dever-se às restrições ao crédito para o financiamento da compra de veículos. Relativamente ao mercado de financiamento automóvel, e de acordo com os dados da *Hungarian Leasing Association*, a queda foi mais acentuada em 2008 face ao ano de 2007, com um decréscimo de 12% no número de viaturas financiadas (novos e usados), o que indica um ligeiro decréscimo da penetração neste sector. Este decréscimo foi especialmente acentuado no último trimestre tendo atingido os 27% face ao período homólogo.

Na Eslováquia o mercado de automóveis novos apresentou um crescimento excepcionalmente elevado, na ordem dos 16%, impulsionada pela valorização da coroa eslovaca e consequente redução dos preços dos

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REFERENTE À ACTIVIDADE E ÀS CONTAS DE 2008 DA TECNICRÉDITO SGPS, S. A.

carros novos. Essa tendência começou no entanto a ser contrariada já no último trimestre do ano, onde o número de viaturas novas vendidas foi 20% abaixo do registado no período homólogo, passando esse valor para a ordem dos 40% em Janeiro de 2009, em comparação com Janeiro de 2008. No segmento de usados, embora não haja estatísticas disponíveis, acredita-se que o incremento das vendas de novos tenha tido um impacto negativo nas vendas deste segmento. O número de viaturas financiadas continuou a crescer em 2008, tendo aumentado 6,2% o número de financiamento de viaturas usadas. Relativamente a este segmento, o Banco Mais aumentou a sua quota de mercado, passando de 4,94% em 2007 para 5,52% em 2008.

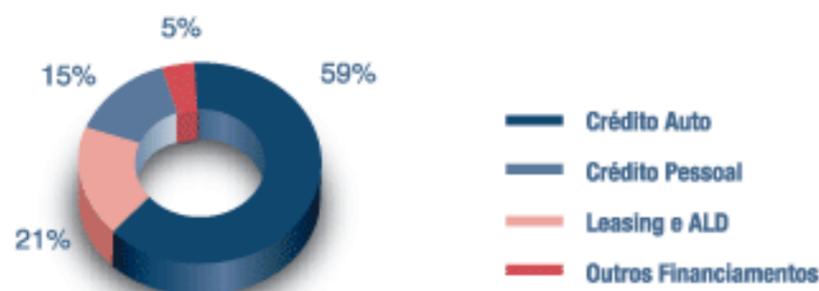
Na Polónia, o mercado automóvel manteve a trajectória de expansão, ainda que mais moderada, com um aumento na venda de automóveis ligeiros na ordem dos 9,1%, que comparam com os 22,7% de 2007. O mercado de usados, para o qual não há dados disponíveis, é um mercado fortemente impulsionado pela importação, que em 2008 apresentou valores elevados até Julho mas que começou a decrescer a partir daí devido à desvalorização da moeda. Ainda assim os números finais do ano apresentam uma cifra semelhante à do ano anterior, com cerca de um milhão de viaturas importadas. Com um dos mais baixos índices de venda de veículos por 1.000 habitantes, a Polónia é um mercado com elevado potencial.

Análise da Actividade por País

Portugal

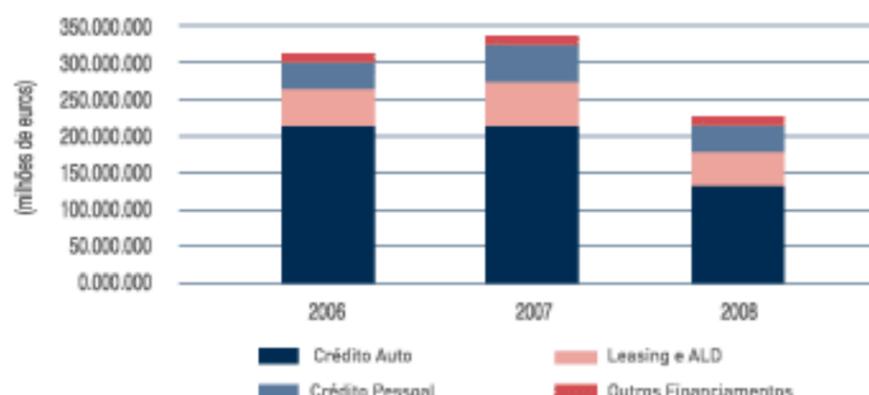
Em Portugal, a tendência de crescimento da produção verificada nos últimos anos foi contrariada, reflexo da desaceleração macroeconómica, da crise financeira que se agravou desde o verão de 2008 e da quebra nas vendas de veículos. Em Outubro de 2008 o Banco Mais implementou uma série de medidas para fazer face à conjuntura, que passaram pela adopção de critérios de análise de crédito mais exigentes, no sentido de controlar a deterioração da qualidade da carteira de crédito. Assim, foram celebrados um total de 32.498 novos contratos, que representam uma diminuição de cerca de 27,2% face à produção de 2007, aos quais corresponde um volume total de crédito originado de 235,5 milhões de euros, menos 31,16% do que no ano anterior.

Peso por Produto no Crédito Total Concedido



A área do financiamento automóvel (incluindo Crédito, Leasing e ALD) foi a que mais se ressentiu, tendo sido originado um volume de crédito de 187,1 milhões de euros, correspondente a 19.568 novos contratos, reflectindo deste modo uma quebra, face a 2007, na ordem dos 30%, quer em número de contratos quer em volume de crédito.

Crédito Concedido em Portugal



No Crédito Automóvel, o total de propostas recebidas em 2008 atingiu as 43.886 unidades, levando a um nível de concretização das propostas na ordem dos 45%. Esse valor, abaixo do verificado no ano anterior, reflecte a utilização de critérios de análise ainda mais prudentes que os utilizados no passado.

No âmbito do Crédito Pessoal, observou-se em 2008 uma redução do crédito concedido em cerca de 23,7% atingindo os 35,6 milhões de euros, a que correspondeu uma produção de 9.770 novos contratos.

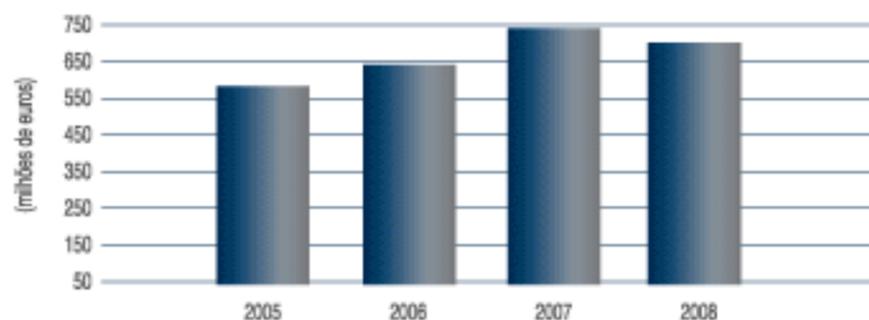
No Banco Mais, prosseguiu-se a actividade de *cross-selling* de seguros directamente e através da MARGEM - Mediação de Seguros, Lda, com os prémios globais originados no ano de 2008 ultrapassando os 12 milhões de euros, que compara com os 9,2 milhões de euros do ano anterior, ou seja, cerca de 30% acima dos valores de 2007.

A concessão de crédito para aquisição de Máquinas Agrícolas manteve-se relativamente estável, após um ano de elevado crescimento. O total de crédito concedido foi de 7,9 milhões de euros, cerca de 6% abaixo do valor registado em 2007.

No segmento dos produtos de Crédito Lar e Saúde, a produção, após ter duplicado em 2007, apresentou em 2008 valores cerca de 3% abaixo dos verificados no ano anterior.

Apesar da redução da originação de novos contratos, a carteira de crédito em Portugal teve uma redução muito menos acentuada, com uma quebra de apenas 4%, em termos líquidos de imparidade.

Evolução da Carteira de Crédito (Actividade em Portugal)



Em Portugal, no que respeita aos modelos de apoio à análise e concessão de crédito, o ano de 2008 foi marcado pelos testes e consolidação do actual modelo de *scoring* de admissão (em utilização desde Janeiro de 2007), que se manteve como uma das principais ferramentas de análise de crédito e que foi desenvolvido com o apoio de uma consultora internacional de modo a responder às exigências para aplicação da abordagem avançada de cálculo dos requisitos de fundos próprios para risco de crédito introduzida por Basileia II. Das restantes ferramentas de análise é de destacar a excelente contribuição proveniente da Central de Riscos do Banco de Portugal. Em termos de política de concessão de



crédito, a partir de meados do ano foram introduzidas regras adicionais no sentido de prevenir a concretização de operações que em contexto de agravamento da situação económica do país possam apresentar níveis de incumprimento acrescidos face ao estimado em contexto económico regular.

No âmbito da abordagem avançada de cálculo dos requisitos de fundos próprios para risco de crédito introduzida por Basileia II, para além do modelo de admissão, o Banco Mais efectuou durante 2008 validações ao modelo de acompanhamento e implementou o modelo de recuperação.

Durante o presente ano, deu-se continuidade ao crescimento da influência dos modelos estatísticos de análise de risco na decisão de crédito e reforçou-se a actividade da *Equipa Central de Cobranças*, responsável por todos os contactos com clientes em situações de incumprimento menos graves. Os contactos de maior complexidade e gravidade mantiveram-se como incumbência das equipas regionais, de modo a permitirem uma cobertura total do território nacional.

Em termos de Resultado Líquido obtido, a actividade gerada em Portugal apresentou um valor final de 24,4 milhões de euros.

Hungria

A actividade na Hungria ressentiu-se da crise internacional de liquidez e das consequentes restrições ao crédito, que se fizeram notar com especial evidência nos últimos meses do ano. A produção baixou cerca de 20%, tendo sido celebrados 12.763 novos contratos, que representam 50,8 milhões de euros de crédito concedido (menos 23% que no período homólogo).

Os contratos celebrados na Hungria são na sua maioria denominados em moeda estrangeira, com largo predomínio do Franco Suíço, sendo que a desvalorização do *forint* no segundo semestre do ano não afectou o balanço do Bank Plus, pois o risco cambial encontra-se coberto através de *forward rate agreements*.

O nível de concretização de propostas verificado em 2008 foi o mesmo do registado em 2007, tendo sido concretizadas 62,6% das 19.577 propostas de financiamento automóvel recebidas.

No Bank Plus Hungria, a análise e controlo do risco associado às propostas e aos prescritores é feita pelo departamento central de análise de crédito, com o auxílio do sistema de *scoring*, metodologia aliás consistente com as políticas gerais definidas pelo Grupo. Também no âmbito das alterações introduzidas por Basileia II, em 2008 foi concluído o desenvolvimento dos novos modelos de admissão e de acompanhamento para o Bank Plus Hungria.

O Resultado Líquido obtido pelo Bank Plus Hungria foi de 9,7 milhões de euros, 13% acima do obtido em 2007.

Espanha

A Sucursal de Espanha manteve em 2008 as medidas tomadas em 2007 na área da análise de crédito com vista à melhoria da qualidade da carteira. A prudência na análise de crédito consubstancia-se numa contracção da performance comercial, sendo que essa estratégia, aliada a um mercado automóvel em queda levaram a que esta Sucursal tenha apresentado em 2008 uma produção abaixo da registada no período homólogo em cerca de 50% (quer em número de contratos, quer em volume de crédito concedido), tendo sido celebrados 2.266 novos contratos, que representam 19,8 milhões de euros de crédito.

Do rigor da análise de crédito resultou um nível de concretização baixo, com cerca 23% das 9.932 propostas concretizadas.

O Resultado Líquido obtido pela Sucursal Espanhola foi negativo em 5,7 milhões de euros, o qual foi bastante influenciado pela retracção da actividade e pela prudente política de constituição de provisões.

Eslováquia

A actividade da sucursal da Eslováquia em 2008 correspondeu às expectativas de desenvolvimento. A produção registada em 2008 foi 33% acima da verificada em 2007, sendo que em volume de crédito concedido essa cifra situou-se nos 59%. Foram gerados 1.964 novos contratos, com um total de crédito concedido de 8,1 milhões de euros. Das 4.672 propostas de crédito recebidas foram concretizadas cerca de 42%.

Em termos de Resultados, a evolução também foi bastante positiva, tendo a sucursal apresentado um Resultado Líquido de 0,5 milhões de euros.

Polónia

À semelhança do que tem vindo a acontecer nos demais países onde o Grupo opera, a estratégia de aproximação cautelosa ao mercado também tem vindo a mostrar-se adequada ao mercado Polaco. Após dois anos completos de actividade comercial, encontra-se ultrapassada a fase de adequação de produtos e processos ao mercado, tendo a operação na Polónia duplicado a sua actividade em 2008 face a 2007. Foram gerados cerca de um milhar de contratos, com um total de crédito concedido de 4 milhões de euros.

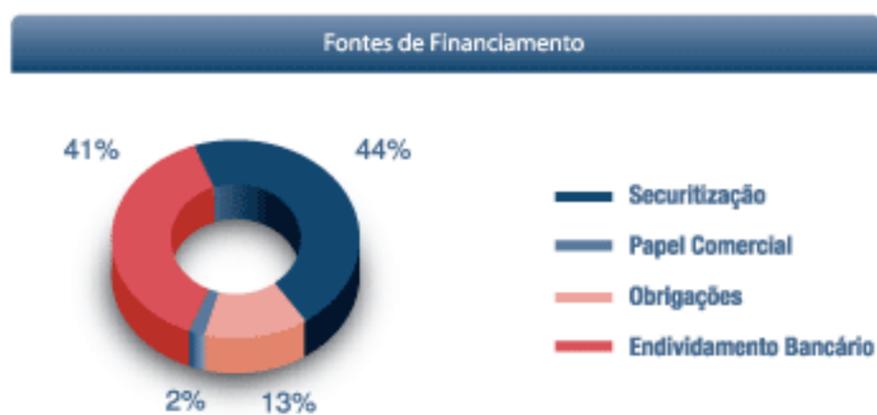
O Resultado Líquido cifrou-se nos 0,7 milhões de euros negativos, influenciado em grande parte por impactos cambiais desfavoráveis.

Brasil

No Brasil, a produção do Banco Pecúnia ascendeu um volume de crédito concedido de 151 milhões de euros.

Para as contas consolidadas, a operação no Brasil contribuiu com 2,1 milhões de euros para os resultados do Grupo.

Captação de Fundos



O CSFI - *Centre for the Study of Financial Innovation* e a *PricewaterhouseCoopers* produzem e publicam anualmente um estudo com o intuito de "apreender como os banqueiros e os observadores privilegiados da indústria bancária percebem os seus principais riscos". O trabalho de campo referente ao estudo de 2008 aconteceu nos meses de Fevereiro e Março e teve 376 respostas entre banqueiros, observadores e supervisores de 38 países, Portugal incluído.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REFERENTE À ACTIVIDADE E ÀS CONTAS DE 2008 DA TECNICRÉDITO SGPS, S. A.

No estudo de 2008, "dois dos três mais importantes riscos - **Liquidez** e **Spreads sobre Crédito** - nunca antes [em 12 anos de publicações] haviam feito parte dos *rankings*." A **Liquidez** foi identificado como o mais sério risco da indústria bancária para 2008 e os **Spreads sobre Crédito** foram identificados na terceira posição, tendo o **Risco de Crédito** mantido a sua segunda posição. "O único risco não-financeiro nos dez primeiros foi, em oitavo lugar, a perspectiva de *over-reaction* que os políticos e reguladores estão a preparar para resolver o problema". Interessante também é verificar que este "risco": "**Too much regulation**", foi o factor mais preocupante do estudo referente a 2007, dando conta de forma efectiva de, como mudou a envolvente do sector e com ela as principais preocupações dos seus principais agentes.

2008 correu assim num crescendo de Crise Global de Liquidez, evidente desde o inicio do ano mas com mais impacto a partir de Setembro, após a falência do Lehman Brothers.

Apesar da severidade da envolvente, o Grupo Tecnicrédito desenvolveu as suas acções de gestão e captação de liquidez com muita segurança, suportadas por três factores determinantes: i) o seu muito confortável rácio de Solvabilidade, ii) o período de aumento das emissões no âmbito do programa de ABCP - BMORE5 firmado ainda no final de 2007 e por fim, mas não menos importante, iii) o continuado apoio ao Grupo da generalidade da banca doméstica.

O nível dos capitais próprios, o primeiro dos factores enunciados acima, financiou em 2008 mais de 20% dos activos, sendo pois, não só uma importante fonte de financiamento como um factor adicional de segurança para os parceiros financeiros do Grupo.

O Programa ABCP BMORE5 justificou a entrada líquida de 120 milhões de euros ao longo de 2008, o que mais que balanceou as amortizações ocorridas nos programas BMORE3 e BMORE4, ambos já nos respectivos períodos de amortização, sendo que, a totalidade dos programas de titularização atingiram, no final de 2008, um total de 350 milhões de euros. Esta cifra significou a manutenção do seu peso relativo na estrutura de *funding* do Grupo.

As necessidades de fundos remanescentes foram asseguradas, pelas diversas operações locais (mas fundamentalmente por Portugal e Hungria) junto dos principais bancos a operar em cada mercado doméstico. Estes na sua generalidade, assumindo a relação histórica com o Grupo, mantiveram e em alguns casos incrementaram as linhas negociadas e logo a sua exposição ao Grupo.

Sistemas de Informação

No decurso do ano deu-se continuidade à implementação na Hungria, Espanha, Eslováquia e Polónia, das aplicações operacionais desenvolvidas e utilizadas em Portugal, garantindo assim a harmonização da gestão interna do negócio. A qualidade dos programas informáticos desenvolvidos internamente é garantida pelo Departamento de Testes e Qualidade, criado em 2007, através da realização de testes às aplicações desenvolvidas, da disponibilização de manuais de utilização e de formação aos utilizadores.

Ao nível dos sistemas de produção, foram dados passos importantes em 2008 com a implementação de uma estrutura de virtualização baseada nos produtos VMWARE. Esta nova estrutura permite uma maior estabilidade e escalabilidade dos sistemas de suporte e produção.

Ainda na área dos sistemas, foram reforçadas as linhas de comunicações, nomeadamente para a Hungria, com maiores larguras de banda e duplicações de circuitos a fim de assegurar a continuidade das operações em condições adversas e foi feito um *upgrade* da capacidade de *storage* através da introdução de sistemas de iSCSI com redundância e replicação *online* para sistemas alternativos.

Ao nível do *Disaster Recovery Plan* foram implementados sistemas de replicação *online* que permitem, em caso de desastre, a manutenção do negócio sem paragem de produção.

A nova plataforma do Net Crédito, desenvolvida em 2007, foi implementada com sucesso em todos os países.

Recursos Humanos

O Grupo apresentou em 2008 uma ligeira redução de aproximadamente 4,6% do número total de colaboradores, passando de 521 no final de 2007, para 497 no período homólogo de 2008 (excluem-se deste número os recursos afectos à operação no Brasil). Esta redução deve-se ao redimensionamento das equipas em função dos níveis de actividade verificados durante o ano, com excepção das operações na Eslováquia e Polónia, onde as equipas foram reforçadas.

Total Nº de Colaboradores por País - 2008											
Portugal		Hungria		Espanha		Eslováquia		Polónia		Total	
2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
348	341	95	82	57	47	13	17	8	10	521	497

Do total de colaboradores, 59% têm formação académica superior.

Continua a ser motivo de realce a estrutura etária bastante jovem, com metade dos colaboradores com idade inferior a 30 anos.

Do regular processo de Avaliação de Desempenho, realizado no final do ano de 2008, mereceu destaque, mais uma vez, o nível de satisfação dos colaboradores com as funções que desempenham bem como o elevado nível de satisfação com o relacionamento entre as chefias e respectivas equipas.

Análise das Demonstrações Financeiras das Sociedades Objecto de Consolidação

Tecnicrédito SGPS - Contas Consolidadas

A Tecnicrédito SGPS apresentou em 2008, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, resultados consolidados antes de impostos de 35,6 milhões de euros e Resultados Líquidos de 30,3 milhões de euros.

Esses resultados, ligeiramente inferiores, cerca de 16%, aos apresentados em 2007, foram fortemente condicionados pelo reforço da imparidade para risco de crédito, fruto da estratégia conservadora que o Grupo tem vindo a seguir de acautelar prudentemente o risco de incumprimento de crédito da sua carteira. Ainda assim, contribuíram positivamente para o resultado obtido as operações em Portugal, Hungria e Eslováquia.



Também tiveram impacto no resultado as flutuações cambiais da operação na Hungria, espelhadas na rubrica Resultados de reavaliação cambial. Note-se no entanto que esse efeito é compensado pelos Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados, rubrica que reflecte os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação dos instrumentos financeiros derivados para cobertura de risco de taxa de juro e de risco cambial, sendo que no cômputo geral o impacto foi positivo.

Realce positivo merece o facto do Grupo ter mantido o mesmo nível de margem financeira, o que é assinalável, num ano onde o custo de *funding* foi especialmente encarecido devido aos *spreads* bancários praticados. Os proveitos financeiros situaram-se nos 124,9 milhões de euros e os custos financeiros nos 47,8 milhões de euros, o que se traduz numa margem financeira de 77,1 milhões de euros.

Destaca-se também o crescimento positivo dos resultados de serviços e comissões, onde estão incluídas as comissões provenientes do *cross-selling* de seguros e dos serviços prestados a clientes. Esse resultado contribuiu para o ligeiro aumento dos proveitos operacionais, mantendo o rácio entre o produto bancário sobre os activos líquidos médios em 8,2% (face a 8,9% em 2007).

No ano de 2008, o rácio *cost-to-income* situou-se nos 32,2%, 1% abaixo do valor apresentado em 2007. É de referir que esse desempenho foi conseguido através da contenção dos Outros gastos administrativos e da redução das Amortizações do exercício, tendo os Custos com pessoal aumentado 8%, como resultado do investimento do Grupo no reforço das equipas internacionais.

Ao nível do Balanço, destaca-se o Activo que atingiu em Dezembro o valor de 1.116 milhões de euros, cabendo à rubrica Crédito a Clientes 967,1 milhões de euros (líquido de imparidade), representando cerca de 87% do total do Activo.

Em termos individuais, a Tecnicrédito SGPS apresentou um Resultado Líquido de 2.777.310 euros, cuja proposta de aplicação do Conselho de Administração a apresentar aos Senhores Accionistas é:

Reserva Legal	277.731 Euros
Dividendo às 17.500.000 acções	2.499.579 Euros

Adicionalmente o Conselho de Administração propõe a distribuição de dividendos a partir de Reservas Livres no montante de 2.400.421 Euros.

Distribuição de Resultados

Face ao bom nível de resultados alcançado, a proposta a apresentar pelo Conselho de Administração aos Senhores Accionistas, consiste na distribuição de um dividendo de 0,28 euros por acção, traduzindo-se em termos globais para as 17.500.000 acções da Tecnicrédito SGPS num total de 4.900.000 euros. Este nível de dividendos é inferior em cerca de 12% ao distribuído no ano anterior.

Apesar da robustez dos capitais próprios e do peso destes na solvabilidade do Grupo, pretende-se com este nível de distribuição seguir de forma consistente a política de reforço dos capitais próprios afectos aos negócios, mantendo, à semelhança dos anos anteriores, um nível de *pay out* bastante baixo (cerca de 16%).

Perspectivas para 2009

O Conselho de Administração acredita que a conjuntura actual da economia e dos mercados de financiamento requerem cautela, pelo que a actividade do Grupo no ano já em curso será pautada pela prudência, com uma concentração de esforços na contenção do risco, em especial o risco de crédito, com vista à melhoria da qualidade dos activos.

A nível internacional, a Tecnicrédito pretende manter o crescimento sustentado pelo fortalecimento da presença nos países onde actualmente se encontra.

Notas Finais

No sentido de cumprir com o artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais declara-se que não ocorreram, após o termo do exercício, factos relevantes não mencionados, estando a verificar-se um normal andamento dos negócios.

Por último, o Conselho de Administração gostaria de expressar os seus agradecimentos aos Senhores Accionistas, aos membros dos restantes Órgãos Sociais, às Autoridades Monetárias que supervisionaram a actividade, aos Clientes, Instituições de Crédito e todos os Colaboradores que empenhadamente se têm dedicado no exercício das suas funções.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2009

O Conselho de Administração
Mário Leite Santos - Presidente
Manuel Cardoso Pinto Marta
Manuel Carvalho Fernandes
João Ibérico Nogueira
Vítor Farinha Nunes

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Tecnicrédito SGPS, S.A.

Demonstração de resultados consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas	2008 Euros	2007 Euros
Juros e rendimentos similares	3	124.857.658	117.781.947
Juros e encargos similares	3	(47.755.309)	(40.715.529)
Margem financeira		77.102.349	77.066.418
Resultados de serviços e comissões	4	13.395.084	9.107.599
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	5	(7.695.134)	1.319.092
Resultados de reavaliação cambial	6	10.204.808	1.136.914
Outros resultados de exploração	7	1.165.453	4.280.121
Total de proveitos operacionais		94.172.560	92.910.144
Custos com pessoal	8	9.746.255	9.050.840
Gastos gerais administrativos	9	17.656.256	18.154.878
Amortizações do exercício	10	2.895.333	3.614.702
Imperidade do crédito líquida de reversões e recuperações	11	30.266.278	18.632.156
Imperidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	12	246.487	6.143
Provisões líquidas de reversões	13	(201.031)	(1.325.000)
Total de custos operacionais		60.609.578	48.133.719
Resultado de associadas	14	2.065.224	919.864
Resultado antes de imposto		35.628.206	45.696.289
Impostos correntes	15	(6.478.627)	(11.878.634)
Impostos diferidos	15	1.122.685	2.313.639
		(5.355.942)	(9.564.995)
Resultado consolidado líquido do exercício		30.272.264	36.131.294
Resultados por acção			
Básico	16	1,73	2,06
Diluído	16	1,73	2,06



Tecnicrédito SGPS, S.A.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Activo	Notas	2008 Euros	2007 Euros
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	259.528	186.095
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	88.529.601	90.249.929
Activos financeiros detidos para negociação	19	9.381.908	5.697.311
Activos financeiros disponíveis para venda	20	69.573	69.573
Aplicações em instituições de crédito	21	3.212.727	1.847.628
Créditos a clientes	22	967.084.681	984.082.151
Derivados de cobertura	23	70.913	6.704.780
Activos tangíveis	24	13.574.764	16.708.116
Activos intangíveis	25	509.496	580.836
Investimentos em associadas	26	15.445.572	17.167.066
Activos por impostos correntes	27	1.642.875	212.462
Activos por impostos diferidos	28	3.113.618	915.358
Outros activos	29	12.751.006	13.921.224
		1.115.646.262	1.138.342.529
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação	30	10.365.669	4.306.292
Recursos de outras instituições de crédito	31	332.523.161	331.624.953
Recursos de clientes	32	4.189.503	4.540.714
Responsabilidades representadas por títulos	33	486.882.846	524.435.186
Derivados de cobertura	23	2.147.360	1.085.741
Provisões	34	1.408.254	1.625.000
Passivos por impostos correntes	27	-	469.564
Passivos por impostos diferidos	28	209.536	352.753
Passivos subordinados	35	5.085.715	5.823.651
Outros passivos	36	32.904.332	35.504.347
Total do Passivo		875.716.376	909.768.201
Capital Próprio			
Capital	37	17.500.000	17.500.000
Reservas de justo valor	39	(2.967.830)	4.605.522
Outras reservas e resultados transitados	38 e 39	195.125.452	170.337.512
Resultado consolidado do exercício		30.272.264	36.131.294
Total do Capital Próprio		239.929.886	228.574.328
		1.115.646.262	1.138.342.529

Contas Extrapatrimoniais (Nota 40)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Tecnicrédito SGPS, S.A.

Demonstração de resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	2008 Euros	2007 Euros
Juros e proveitos equiparados	34.258	98.973
Juros e custos equiparados	(86.405)	(118.494)
Margem financeira	(52.147)	(19.521)
Rendimentos de instrumentos de capital	2.864.011	16.947.398
Encargos com serviços e comissões	(14.762)	(66.209)
Resultados de reavaliação cambial	-	35.295
Outros resultados de exploração	(2.497)	(4.596)
Total de proveitos operacionais	2.794.605	16.892.367
Gastos gerais administrativos	46.183	153.061
Total de custos operacionais	46.183	153.061
Provisões	-	(25.000)
Resultado operacional	2.748.422	16.714.306
Impostos correntes	-	(1.040)
Impostos diferidos	28.888	61.467
Resultado líquido do exercício	2.777.310	16.774.733
Resultados por acção		
Básico	0,16	0,96
Diluído	0,16	0,96



Tecnicrédito SGPS, S.A.

Balanço em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

<i>Activo</i>	2008 Euros	2007 Euros
Disponibilidades em outras instituições de crédito	30.864	23.258
Aplicações em instituições de crédito	-	320.000
Activos financeiros disponíveis para venda	100	100
Investimentos em subsidiárias e associadas	103.192.223	103.192.223
Activos por impostos correntes	-	11.193
Activos por impostos diferidos	153.149	124.261
Outros activos	690.441	1.065.667
	104.066.777	104.736.702
<i>Passivo</i>		
Recursos de instituições de crédito	1.568.436	31.943
Provisões	125.000	125.000
Outros passivos	701.699	85.427
Total do Passivo	2.395.135	242.370
<i>Capital Próprio</i>		
Capital	17.500.000	17.500.000
Reservas e resultados transitados	81.394.332	70.219.599
Resultado líquido do exercício	2.777.310	16.774.733
Total do Capital Próprio	101.671.642	104.494.332
	104.066.777	104.736.702

1 - Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

A Tecnicrédito SGPS, S.A. ("Tecnicrédito SGPS" ou "Grupo"), foi constituída em 4 de Abril de 1997 por transformação da Alto do Vieiro - Serviço Automóvel, Lda., tendo iniciado a actividade nessa data. A Sociedade tem por objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas. Indirectamente, através das suas subsidiárias, a Sociedade realiza operações bancárias e financeiras, de aluguer financeiro, de aluguer operacional, de mediação de seguros e investimentos financeiros.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da Tecnicrédito SGPS são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*, e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas da Tecnicrédito SGPS agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e foram preparadas de acordo com os IFRS, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2008. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2008 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de Dezembro de 2007.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 2.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 27 de Fevereiro de 2009.

1.2 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados da Tecnicrédito SGPS e das suas subsidiárias e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Entidades de finalidade especial (SPE)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 - Consolidação de Entidades de Finalidade Especial, os quais se resumem como segue:



• As actividades do SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e por forma a que este obtenha os benefícios dessas actividades;

• O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;

• O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua actividade;

• O Grupo está exposto à maioria dos riscos do SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Goodwill

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias e associadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível dos activos líquidos adquiridos.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 - Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em Euros, que é a moeda funcional da Tecnicrédito SGPS.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere dos Euros são transcritas para Euros de acordo com os seguintes critérios:

• Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;

• Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;

• As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

1.3 Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido das comissões e dos custos externos imputáveis à contratação de operações de crédito, que são periodificados na proporção do registo dos respectivos juros, sendo apresentado em balanço deduzido da imparidade para crédito.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, poderá ser classificada como com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe evidência objectiva de imparidade para os créditos numa base individual. Para a identificação desses créditos e na respectiva avaliação das perdas por imparidade, o Grupo utiliza a informação que suporta os modelos de risco de crédito.

Para as carteiras de crédito constituídas por conjuntos homogéneos de crédito, o cálculo das perdas por imparidade efectua-se através de análise colectiva.

As perdas por imparidade relativas a conjuntos homogéneos de crédito determinadas em termos colectivos pretendem reflectir as perdas incorridas, incluindo as perdas incorridas ainda não identificadas (IBNR), e são calculadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas;
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

A anulação contabilística de créditos é feita pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como diminuição de perdas de imparidade no exercício em que ocorrem.

1.4 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação, pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

• Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

(i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;

(ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;

(iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;

(iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

• Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como cobertura de justo valor.

• Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

1.5 Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

• Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.



• Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

• Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções costumizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

O Grupo não procede à transferência de instrumentos financeiros entre categorias, excepto nos raros casos permitidos no âmbito desta norma.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

1.6 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco da entidade emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

1.7 Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os valores reconhecidos e, existe a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido, ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.8 Aplicações por recuperação de crédito

As aplicações por recuperação de crédito incluem viaturas resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes. Estes activos são registados na rubrica Outros activos sendo a sua mensuração inicial efectuada pelo menor entre o seu justo valor e o valor de balanço do crédito que lhe deu origem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de tabelas de referência do sector automóvel.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor actual, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas por contrapartida de resultados do exercício.

1.9 Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para os IFRS, o Grupo elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com os IFRS ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. Actualmente, as amortizações referentes aos restantes activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis:	
De serviço próprio	50
Obras em imóveis arrendados	8 a 10
Equipamento:	
Locação operacional	4 a 5
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	3 a 8
Equipamento informático	3 e 4
Instalações interiores	8 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento de segurança	8 a 10
Outro equipamento	8

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

1.10 Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos a qual se situa nos 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.11 Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 - Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locação operacional

Os veículos adquiridos para aluguer são registados em activos tangíveis e amortizados conforme indicado na nota 1.9.

Locação financeira

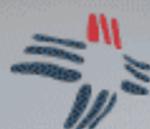
- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.



1.12 Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

1.13 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.14 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (derivados para gestão de risco), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados por forma a resolver um eventual *mismatch* contabilístico é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

1.15 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

1.16 Distribuição de resultados pelos empregados

De acordo com os estatutos do Grupo, os accionistas, em Assembleia Geral, poderão fixar uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos empregados, competindo ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios.

De acordo com as IFRS esta distribuição é registada por contrapartida de resultados no exercício a que diz respeito.

1.17 Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

1.18 Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

1.19 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Grupo pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como acções próprias.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

1.20 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

2 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.3.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo e das subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.



3 - Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

2008			
	De activos / passivos ao custo amortizado Euros	De activos / passivos ao justo valor Euros	Total Euros
<i>Juros e rendimentos similares:</i>			
Crédito ao consumo no país	76.980.819	-	76.980.819
Crédito ao consumo no estrangeiro	32.383.939	-	32.383.939
Locação financeira	8.103.296	-	8.103.296
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro	3.078.112	-	3.078.112
Derivados de cobertura	-	3.913.064	3.913.064
Outros juros e rendimentos similares	398.428	-	398.428
	<u>120.944.594</u>	<u>3.913.064</u>	<u>124.857.658</u>
<i>Juros e encargos similares:</i>			
Responsabilidades representadas por títulos	(25.461.250)	-	(25.461.250)
Passivos subordinados	(3.215.536)	-	(3.215.536)
Recursos de outras instituições de crédito no país	(12.594.129)	-	(12.594.129)
Recursos de outras instituições de crédito no estrangeiro	(5.519.106)	-	(5.519.106)
Recursos de clientes	(223.589)	-	(223.589)
Derivados de cobertura	-	(213.774)	(213.774)
Outros juros e encargos similares	(527.925)	-	(527.925)
	<u>(47.541.535)</u>	<u>(213.774)</u>	<u>(47.755.309)</u>
Margem financeira	<u>73.403.059</u>	<u>3.699.290</u>	<u>77.102.349</u>

2007			
	De activos / passivos ao custo amortizado Euros	De activos / passivos ao justo valor Euros	Total Euros
<i>Juros e rendimentos similares:</i>			
Crédito ao consumo no país	76.123.182	-	76.123.182
Crédito ao consumo no estrangeiro	29.697.919	-	29.697.919
Locação financeira	6.713.856	-	6.713.856
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro	2.378.309	-	2.378.309
Derivados de cobertura	-	2.837.772	2.837.772
Outros juros e rendimentos similares	30.909	-	30.909
	<u>114.944.175</u>	<u>2.837.772</u>	<u>117.781.947</u>
<i>Juros e encargos similares:</i>			
Responsabilidades representadas por títulos	(20.215.070)	-	(20.215.070)
Passivos subordinados	(4.772.655)	-	(4.772.655)
Recursos de outras instituições de crédito no país	(14.065.895)	-	(14.065.895)
Recursos de outras instituições de crédito no estrangeiro	(702.192)	-	(702.192)
Recursos de clientes	(98.845)	-	(98.845)
Derivados de cobertura	-	(194.208)	(194.208)
Outros juros e encargos similares	(666.664)	-	(666.664)
	<u>(40.521.321)</u>	<u>(194.208)</u>	<u>(40.715.529)</u>
Margem financeira	<u>74.422.854</u>	<u>2.643.564</u>	<u>77.066.418</u>

Os proveitos e custos resultantes de serviços e comissões que são registados em resultados na rubrica Juros e proveitos equiparados, podem ser analisados como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Custos resultantes de comissões pagas	(23.695.237)	(18.344.015)
Proveitos resultantes de comissões cobradas	<u>7.788.835</u>	<u>5.359.082</u>
	<u>(15.906.402)</u>	<u>(12.984.933)</u>

4 - Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros	2007 Euros
<i>Rendimentos de serviços e comissões:</i>		
Por serviços de cobrança prestados	17.965.165	12.671.299
Outros rendimentos de serviços e comissões	46.927	50.084
	<u>18.012.092</u>	<u>12.721.383</u>
<i>Encargos com serviços e comissões:</i>		
Por serviços de cobrança prestados por terceiros	(3.363.927)	(2.650.364)
Outros encargos com serviços e comissões	(1.253.081)	(963.420)
	<u>(4.617.008)</u>	<u>(3.613.784)</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>13.395.084</u>	<u>9.107.599</u>

A rubrica Rendimentos por serviços de cobrança prestados refere-se a comissões de gestão e de cobrança de contratos de crédito e outras comissões cobradas aos clientes.

5 - Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

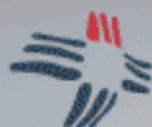
	2008		
	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros
<i>Activos e passivos detidos para negociação:</i>			
<i>Instrumentos financeiros derivados:</i>			
Contratos sobre taxas de juro	27.319.249	(27.421.502)	(102.253)
Contratos sobre taxas de câmbio	5.660.964	(13.253.845)	(7.592.881)
	<u>32.980.213</u>	<u>(40.675.347)</u>	<u>(7.695.134)</u>
	2007		
	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros
<i>Activos e passivos detidos para negociação:</i>			
<i>Instrumentos financeiros derivados:</i>			
Contratos sobre taxas de juro	8.467.022	(7.246.140)	1.220.882
Contratos sobre taxas de câmbio	251.935	(35.300)	216.635
	<u>8.718.957</u>	<u>(7.281.440)</u>	<u>1.437.517</u>
<i>Outros activos financeiros</i>	-	(118.425)	(118.425)
	<u>8.718.957</u>	<u>(7.399.865)</u>	<u>1.319.092</u>

As rubricas Instrumentos financeiros derivados respeitam a ganhos ou perdas resultantes da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados detidos para negociação, efectuada numa base regular, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.5.

6 - Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	2008			2007		
	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros
Reavaliação cambial	<u>73.402.809</u>	<u>(63.198.001)</u>	<u>10.204.808</u>	<u>21.531.298</u>	<u>(20.394.384)</u>	<u>1.136.914</u>



Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.2.

A reavaliação cambial refere-se essencialmente a diferenças cambiais na conversão dos contratos de crédito ao consumo em moeda estrangeira do Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság.

7 - Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros	2007 Euros
Outros proveitos de exploração:		
Rendimentos pela participação nos resultados por angariação de seguros	448.377	2.320.051
Proveitos de locação operacional	799.193	1.478.411
Rendimentos da prestação de serviços	1.096.826	846.644
Mais-valias em bens de locação financeira	374.930	377.656
Ganhos na alienação de imobilizado	197.886	38.351
Outros proveitos de exploração	330.661	770.792
	3.247.873	5.831.905

Outros custos de exploração:

Impostos	(782.823)	(765.728)
Donativos e quotizações	(70.669)	(61.361)
Perdas na alienação de imobilizado	(2.859)	(51.862)
Menos-valias em bens de locação financeira	(337.924)	(120.184)
Outros custos de exploração	(888.145)	(552.649)
	(2.082.420)	(1.551.784)
	1.165.453	4.280.121

A rubrica Mais e menos-valias em bens de locação financeira refere-se a ganhos e perdas obtidos na venda e relocação de equipamentos de contratos de locação financeira rescindidos, respectivamente.

8 - Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros	2007 Euros
Remunerações	7.481.281	7.009.458
Encargos sociais obrigatórios	1.813.824	1.700.120
Encargos sociais facultativos	90.857	50.679
Outros encargos	360.293	290.583
	9.746.255	9.050.840

O valor total de remunerações fixas atribuídas aos Órgãos de Administração, registados na rubrica Remunerações, foi de Euros 606.685 (2007: Euros 647.202). Relativamente aos exercícios de 2008 e 2007 não foram atribuídas aos membros dos Órgãos de Administração quaisquer importâncias a título de remuneração variável.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor do crédito concedido pelo Grupo ao Conselho de Administração encontra-se referido na nota 22.

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço no Grupo, dividido por grandes categorias profissionais, é analisado como se segue:

	2008	2007
Portugal:		
Administração	5	5
Directores	8	8
Quadros técnicos	91	73
Administrativos	77	69
Outras funções	80	92
	261	247
Estrangeiro:		
Administração	4	4
Directores	6	6
Quadros técnicos	69	66
Administrativos	91	87
Outras funções	1	1
	171	164
	432	411

9 - Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros	2007 Euros
Água, energia e combustíveis	712.545	645.660
Impressos e material de consumo corrente	222.206	209.141
Outros fornecimentos de terceiros	167.636	102.859
Rendas e alugueres	1.251.658	1.224.624
Comunicação e despesas de expedição	2.160.935	2.309.829
Deslocações, estadas e representação	517.425	565.232
Publicidade e acções promocionais	1.084.098	1.647.402
Custos com trabalho independente	2.600.826	2.211.546
Conservação e reparação	690.093	671.350
Seguros	160.763	178.073
Serviços judiciais, de contencioso e notariado	2.308.595	2.348.177
Outros serviços especializados	4.308.077	4.194.297
Outros serviços de terceiros	1.471.399	1.846.688
	17.656.256	18.154.878

A rubrica Publicidade e acções promocionais inclui o montante de Euros 905.765 (2007: Euros 1.421.421) referente à organização de eventos comerciais com vista à angariação de contratos de crédito.

A rubrica Outros serviços especializados inclui o montante de Euros 1.270.000 (2007: Euros 1.300.000) referente a custos incorridos com serviços de apoio à gestão.

A rubrica Outros serviços especializados também inclui o montante de Euros 573.961 (2007: Euros 296.803) referentes a custos com o desenvolvimento do produto cartão de crédito.

A rubrica Outros serviços especializados inclui ainda o montante de Euros 540.008 (2007: Euros 520.065) referente a custos com serviços de consultoria externa.

A rubrica Outros serviços especializados inclui também o montante de Euros 368.902 (2007: Euros 376.738) relativamente a despesas com a montagem das operações de securitização BMORE Finance No. 4 plc e BMORE Finance No. 5 fundo.

A rubrica Outros serviços de terceiros inclui o montante de Euros 421.400 (2007: Euros 548.838) referente a despesas com os serviços da Conservatória do registo automóvel.

10 - Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros	2007 Euros
Activos tangíveis:		
Imóveis	375.063	350.533
Equipamento	2.209.235	2.898.985
	<u>2.584.298</u>	<u>3.249.518</u>
Activos intangíveis	311.035	365.184
	<u>2.895.333</u>	<u>3.614.702</u>

11 - Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações

A Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações é analisada como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Dotações do exercício	50.487.879	36.722.233
Reversões do exercício	(17.074.552)	(14.342.417)
Recuperações de crédito	(3.147.049)	(3.747.660)
	<u>30.266.278</u>	<u>18.632.156</u>

12 - Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações

A Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações é analisada como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Imparidade de outros activos:		
Dotações do exercício	750.907	462.179
Reversões do exercício	(504.420)	(456.036)
	<u>246.487</u>	<u>6.143</u>

13 - Provisões líquidas de reversões

As Provisões líquidas de reversões são analisadas como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Provisões para outros riscos e encargos:		
Dotações do exercício	298.969	25.000
Reversões do exercício	(500.000)	(1.350.000)
	<u>(201.031)</u>	<u>(1.325.000)</u>

14 - Resultados de associadas

A 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Resultados de associadas no montante de Euros 2.065.224 (2007: Euros 919.864) refere-se à apropriação por equivalência patrimonial na proporção de 30% da participação no Banco Pecúnia, S.A..

15 - Impostos

O encargo com impostos sobre lucros no exercício é analisado como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Impostos correntes	(6.478.627)	(11.878.634)
Impostos diferidos	1.122.685	2.313.639
	<u>(5.355.942)</u>	<u>(9.564.995)</u>

A Tecnicrédito SGPS e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente e diferido do exercício de 2008 e do imposto diferido de 2007 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais).

As declarações de autoliquidação, da Tecnicrédito SGPS e das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.



A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2008		2007	
	%	Euros	%	Euros
Lucro antes de impostos		35.628.206		45.696.289
Taxa de imposto corrente	26,50%	9.441.475	26,50%	12.109.517
Efeito das taxas de imposto no estrangeiro	-2,08%	(739.882)	-1,51%	(689.384)
Provisões não dedutíveis	-3,53%	(1.257.656)	-0,38%	(175.641)
Diferenças temporárias	-3,15%	(1.122.685)	-5,06%	(2.313.639)
Receitas isentas de imposto	-7,10%	(2.530.611)	-5,24%	(2.396.271)
Alterações na base fiscal dos activos e passivos por alterações na legislação	4,04%	1.438.155	2,31%	1.053.352
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados	-0,07%	(26.500)	-0,11%	(52.394)
Alterações nas estimativas	0,95%	337.193	3,69%	1.687.755
Tributação autónoma e outros impactos	-0,52%	(183.547)	0,75%	341.700
	15,03%	<u>5.355.942</u>	20,93%	<u>9.564.995</u>

O montante de impostos diferidos em resultados é atribuível às seguintes rubricas:

	2008 Euros	2007 Euros
Comissões	506.845	(299.135)
Imparidade do crédito	(1.168.706)	197.332
Passivos subordinados	139.263	139.264
Instrumentos financeiros derivados	2.113.843	(67.055)
Activos financeiros disponíveis para venda	199.853	728.983
Desreconhecimento de activos	67.508	1.288.312
Prejuízos fiscais	(148.434)	342.197
Outros	(587.487)	(16.259)
	<u>1.122.685</u>	<u>2.313.639</u>

16 - Resultados por acção

Os resultados por acção são calculados da seguinte forma:

	2008 Euros	2007 Euros
Resultado líquido	30.272.264	36.131.294
Número médio de acções	17.500.000	17.500.000
Resultado por acção básico	1,73	2,06
Resultado por acção diluído	1,73	2,06

O resultado por acção básico é calculado efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

O resultado por acção diluído é calculado ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Tecnicrédito SGPS não detinha potenciais acções ordinárias diluidoras, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

17 - Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Caixa	31.203	36.181
Bancos centrais	228.325	149.914
	<u>259.528</u>	<u>186.095</u>

A rubrica Bancos centrais visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

Em 31 de Dezembro de 2008, a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 3,9% (2007: 4,0%).

18 - Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Instituições de crédito no país	5.613.067	19.972.256
Instituições de crédito no estrangeiro	82.916.534	70.277.673
	<u>88.529.601</u>	<u>90.249.929</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2008 Euros	2007 Euros
Até 3 meses	36.961.132	50.089.442
De 3 meses a 1 ano	7.044.428	5.410.487
De 1 ano até 5 anos	42.324.041	23.329.200
Mais de 5 anos	2.200.000	11.420.800
	<u>88.529.601</u>	<u>90.249.929</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 3,7% (2007: 3,2%).

19 - Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
<i>Activos financeiros detidos para negociação:</i>		
Derivados de taxa de juro	9.303.608	5.447.317
Derivados de taxa de câmbio	78.300	249.994
	<u>9.381.908</u>	<u>5.697.311</u>

A rubrica Activos financeiros detidos para negociação é analisada como se segue:

	2008		2007	
	Nocional Euros	Justo valor Euros	Nocional Euros	Justo valor Euros
<i>Derivados de negociação</i>				
<i>Contratos sobre taxas de juro:</i>				
BMORE Finance No. 3 plc	14.673.571	158.013	71.925.875	365.970
BMORE Finance No. 4 plc	135.124.638	1.206.157	246.985.152	3.685.791
BMORE Finance No. 5 fundo	183.404.823	7.939.438	100.000.000	918.065
<i>Interest rate swaps</i>	-	-	37.183.772	477.491
	<u>333.203.032</u>	<u>9.303.608</u>	<u>456.094.799</u>	<u>5.447.317</u>
<i>Contratos sobre taxas de câmbio:</i>				
<i>Forward rate agreements</i>				
Compra	10.062.987	78.300	48.785.703	249.994
Venda	9.843.644	-	48.500.976	-
	<u>19.906.631</u>	<u>78.300</u>	<u>97.286.679</u>	<u>249.994</u>
	<u>353.109.663</u>	<u>9.381.908</u>	<u>553.381.478</u>	<u>5.697.311</u>

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a análise por maturidade dos derivativos detidos para negociação é analisada como se segue:

	2008		2007	
	Nocional Euros	Justo valor Euros	Nocional Euros	Justo valor Euros
Até 3 meses	33.277.115	205.849	130.712.584	927.708
De 3 meses a 1 ano	53.751.286	485.558	95.160.673	1.073.840
De 1 ano até 5 anos	263.570.543	8.582.588	327.508.221	3.695.763
Mais de 5 anos	2.510.719	107.913	-	-
	<u>353.109.663</u>	<u>9.381.908</u>	<u>553.381.478</u>	<u>5.697.311</u>

Todos os activos financeiros detidos para negociação são não cotados.



20 - Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como se segue:

	2008 Euros	2007 Euros
<i>Activos financeiros disponíveis para venda:</i>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos - cotadas	69.573	69.573

A análise por maturidades da rubrica Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos é analisada como se segue:

	2008 Euros	2007 Euros
De 1 ano até 5 anos	53.315	29.764
Mais de 5 anos	16.258	39.809
	<u>69.573</u>	<u>69.573</u>

21 - Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como se segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Instituições de crédito no país	2.500.000	1.039.433
Instituições de crédito no estrangeiro	712.727	808.195
	<u>3.212.727</u>	<u>1.847.628</u>

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2008 Euros	2007 Euros
Até 3 meses	2.644.727	1.627.628
Mais de 5 anos	568.000	220.000
	<u>3.212.727</u>	<u>1.847.628</u>

22 - Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Crédito vincendo:		
<i>Crédito interno:</i>		
<i>Empresas:</i>		
Crédito ao consumo	56.458.265	61.794.204
Capital em locação	33.877.939	35.095.353
Crédito tomado	6.117.003	9.869.969
<i>Particulares:</i>		
Crédito ao consumo	510.221.487	540.855.062
Capital em locação	92.534.843	85.245.625
Crédito à habitação	1.758.885	2.021.447
Outros créditos	19.000	54.125
	<u>700.987.422</u>	<u>734.935.785</u>
<i>Crédito ao exterior:</i>		
<i>Empresas:</i>		
Crédito ao consumo	13.058.575	10.144.652
Crédito tomado	1.776.354	2.305.151
<i>Particulares:</i>		
Crédito ao consumo	239.006.034	229.859.249
Crédito à habitação	392.937	343.704
	<u>254.233.900</u>	<u>242.652.756</u>
	<u>955.221.322</u>	<u>977.588.541</u>
Crédito vencido:		
Até 3 meses	7.834.316	7.289.903
De 3 meses a 1 ano	22.776.394	25.595.144
De 1 ano até 5 anos	31.884.635	43.434.229
Mais de 5 anos	2.862.969	21.660.846
	<u>65.358.314</u>	<u>97.980.122</u>
	<u>1.020.579.636</u>	<u>1.075.568.663</u>
Perdas por imparidade	(53.494.955)	(91.486.512)
	<u>967.084.681</u>	<u>984.082.151</u>

A rubrica Crédito ao consumo é constituída por contratos de crédito, principalmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias em estado usado, e por cartões de crédito.

A rubrica Capital em locação é constituída por contratos de locação financeira, essencialmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias em estado novo.

A rubrica Crédito à habitação respeita a crédito concedido a colaboradores aprovado de acordo com política de pessoal do Grupo. O valor de crédito à habitação concedido aos Órgãos de Administração do Grupo ascende a Euros 147.543 (2007: Euros 154.026), ao abrigo do nº 4 do Artigo 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

A rubrica Crédito tomado inclui todos os valores titulados por factura ou representação documental equivalente.

A rubrica Crédito vencido refere-se aos valores de capital das prestações vencidas e não cobradas, bem como ao capital vincendo relativo a contratos em contencioso.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

A análise das rubricas Crédito vincendo e Crédito vencido, de acordo com o prazo remanescente das operações, é a seguinte:

	2008 Euros	2007 Euros
Até 3 meses	69.042.749	72.600.818
De 3 meses a 1 ano	185.693.894	186.937.671
De 1 ano até 5 anos	616.075.516	628.771.018
Mais de 5 anos	84.409.163	89.279.034
Duração indeterminada (crédito vencido)	65.358.314	97.980.122
	<u>1.020.579.636</u>	<u>1.075.568.663</u>

A rubrica Crédito a clientes, de acordo com o tipo de garantia, é a seguinte:

	2008 Euros	2007 Euros
<i>Crédito vincendo:</i>		
Créditos com garantias reais	2.151.821	2.347.465
Créditos sem garantias	826.656.717	854.900.098
Créditos com outras garantias	126.412.784	120.340.978
	<u>955.221.322</u>	<u>977.588.541</u>
<i>Crédito vencido:</i>		
Crédito com garantias reais	34.143	2.251
Créditos sem garantias	61.556.698	93.084.528
Créditos com outras garantias	3.767.473	4.893.343
	<u>65.358.314</u>	<u>97.980.122</u>
	<u>1.020.579.636</u>	<u>1.075.568.663</u>

A distribuição do crédito vincendo por tipo de taxa, é a seguinte:

	2008 Euros	2007 Euros
Taxa fixa	689.049.203	709.180.029
Taxa variável	266.172.119	268.408.512
	<u>955.221.322</u>	<u>977.588.541</u>

A reconciliação da rubrica Capital em locação, por prazos residuais é apresentada como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
<i>Rendas vincendas:</i>		
Até 3 meses	9.274.360	9.617.263
De 3 meses a 1 ano	25.623.542	24.528.896
De 1 ano até 5 anos	81.507.541	75.547.061
Mais de 5 anos	16.637.182	14.484.068
	<u>133.042.625</u>	<u>124.177.288</u>
<i>Juros vincendos:</i>		
Até 3 meses	(2.437.375)	(2.153.253)
De 3 meses a 1 ano	(6.535.559)	(5.709.123)
De 1 ano até 5 anos	(17.921.456)	(15.138.676)
Mais de 5 anos	(2.906.060)	(2.395.880)
	<u>(29.800.450)</u>	<u>(25.396.932)</u>
<i>Valores residuais:</i>		
Até 3 meses	546.245	472.888
De 3 meses a 1 ano	1.898.323	1.855.821
De 1 ano até 5 anos	13.773.377	12.631.473
Mais de 5 anos	6.952.662	6.600.440
	<u>23.170.607</u>	<u>21.560.622</u>
	<u>126.412.782</u>	<u>120.340.978</u>

A rubrica Crédito a clientes inclui os créditos securitizados a seguir apresentados, relativos a securitizações tradicionais detidas por Entidades de Finalidade Especial (SPE's) que foram objecto de consolidação no âmbito da SIC 12, de acordo com política contabilística descrita na nota 1.2.

Em 31 de Dezembro de 2008, existem três operações de securitização celebradas com o Grupo e outras instituições financeiras.

A rubrica Crédito a clientes inclui os montantes securitizados ao abrigo destas operações, e é apresentada como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
BMORE Finance No. 3 plc	13.365.699	52.769.859
BMORE Finance No. 4 plc	123.053.027	232.827.714
BMORE Finance No. 5 fundo	208.528.550	97.267.420
	<u>344.947.276</u>	<u>382.864.993</u>

BMORE Finance No. 3 plc

A operação de securitização BMORE Finance No. 3 plc foi efectuada em 17 de Maio de 2002 com uma Entidade de Finalidade Especial (SPE) sediada em Dublin, no âmbito da qual foram vendidos contratos de crédito ao consumo de veículos automóveis em estado usado e novo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O preço de venda foi de 105% do par, os custos de processo da venda inicial representaram 1% do par.

O prazo total da operação é de 9 anos, com um *revolving period* de 3 anos e um limite da operação fixado em Euros 400.000.000.

BMORE Finance No. 4 plc

A operação de securitização BMORE Finance No. 4 plc foi efectuada em 18 de Maio de 2004 com uma Entidade de Finalidade Especial (SPE) sediada em Dublin, no âmbito da qual foram vendidos contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O preço de venda foi de 105% do par, os custos de processo da venda inicial representaram 1% do par.

O prazo total da operação é de 10 anos, com um *revolving period* de 3 anos e um limite da operação fixado em Euros 400.000.000.

BMORE Finance No. 5 fundo

A operação de securitização BMORE Finance No. 5 fundo foi efectuada em 7 de Dezembro de 2007, no âmbito do qual foram vendidos contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro.

Esta é uma operação integrada que se fará em duas fases, sendo a primeira um *ramp-up asset backed commercial paper* com um *revolving period* de 3 anos que corresponde ao prazo desta fase e a segunda fase um programa de *asset backed securitization*, com um prazo de 10 anos. O limite da operação foi fixado em Euros 400.000.000.



Em 31 de Dezembro de 2008, o detalhe das perdas por imparidade do crédito apresenta-se como segue:

2008							
	Créditos com sinais de imparidade Euros		Créditos sem sinais de imparidade Euros		Total Euros		Crédito líquido de imparidade
	Valor de crédito	Imparidade	Valor de crédito	Imparidade	Valor de crédito	Imparidade	
Crédito a empresas	28.324.314	3.731.199	89.303.348	998.365	117.627.662	4.729.564	112.898.098
Crédito a particulares – Habitação	137.085	55.038	2.048.879	21.317	2.185.964	76.355	2.109.609
Crédito a particulares – Outros	218.132.382	40.902.554	682.633.628	7.786.482	900.766.010	48.689.036	852.076.974
	<u>246.593.781</u>	<u>44.688.791</u>	<u>773.985.855</u>	<u>8.806.164</u>	<u>1.020.579.636</u>	<u>53.494.955</u>	<u>967.084.681</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, o detalhe das perdas por imparidade do crédito apresenta-se como segue:

2007							
	Créditos com sinais de imparidade Euros		Créditos sem sinais de imparidade Euros		Total Euros		Crédito líquido de imparidade
	Valor de crédito	Imparidade	Valor de crédito	Imparidade	Valor de crédito	Imparidade	
Crédito a empresas	26.805.564	9.684.858	97.853.854	918.514	124.659.418	10.603.372	114.056.046
Crédito a particulares – Habitação	508.626	179.999	1.843.091	17.287	2.349.717	197.286	2.152.431
Crédito a particulares – Outros	204.297.494	73.696.685	744.262.034	6.989.169	948.559.528	80.685.854	867.873.674
	<u>231.609.684</u>	<u>83.561.542</u>	<u>843.958.979</u>	<u>7.924.970</u>	<u>1.075.568.663</u>	<u>91.486.512</u>	<u>984.082.151</u>

Durante o exercício de 2008, o valor médio dos créditos com sinais de imparidade foi de Euros 249.938.507 (2007: Euros 186.602.823). O juro reconhecido na conta de exploração relativo a estes créditos foi de Euros 1.542.212 (2007: Euros 1.518.540), o qual inclui o efeito do desconto relativo a crédito com sinais de imparidade.

Os movimentos ocorridos nas Perdas por imparidade do crédito são analisados como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	91.486.512	70.165.473
Dotações do exercício	50.487.879	36.722.233
Reversões do exercício	(17.074.552)	(14.342.417)
Utilizações	(70.910.583)	(696.286)
Diferenças cambiais	(494.301)	(362.491)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>53.494.955</u>	<u>91.486.512</u>

Durante o exercício de 2008, o Grupo procedeu à anulação contabilística de créditos pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor do crédito, no montante de Euros 70.910.583 (2007: Euros 696.286), conforme referido na política contabilística 1.3.

Os juros sobre crédito vencido que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos. A 31 de Dezembro de 2008, a anulação de proveitos é de Euros 24.181.996 (2007: Euros 33.407.674).

23 - Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Activo:		
<i>Interest rate swaps</i>	70.913	6.704.780
Passivo:		
<i>Interest rate swaps</i>	(2.147.360)	(1.085.741)
	<u>(2.076.447)</u>	<u>5.619.039</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 podem ser analisadas como segue:

(Valores expressos em Euros)

2008					
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado	Varição justo valor do derivado no ano
<i>Interest rate swaps</i>	Empréstimo sindicado	Taxa de juro	115.000.000	(369.015)	(563.836)
<i>Interest rate swaps</i>	<i>Bullets</i>	Taxa de juro	45.000.000	(362.635)	(1.462.205)
<i>Interest rate swaps</i>	Obrigações	Taxa de juro	20.000.000	(55.941)	(787.586)
<i>Interest rate swaps</i>	Obrigações da securitização	Taxa de juro	149.798.209	(1.288.856)	(5.571.072)
			329.798.209	(2.076.447)	(8.384.699)

(Valores expressos em Euros)

2007					
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado	Varição justo valor do derivado no ano
<i>Interest rate swaps</i>	Empréstimo sindicado	Taxa de juro	70.000.000	48.407	-
<i>Interest rate swaps</i>	<i>Bullets</i>	Taxa de juro	65.000.000	1.334.922	349.218
<i>Interest rate swaps</i>	Obrigações	Taxa de juro	20.000.000	779.425	(84.728)
<i>Interest rate swaps</i>	Obrigações da securitização	Taxa de juro	377.577.295	3.456.285	1.083.030
			532.577.295	5.619.039	1.347.520

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor, ou a variações de *cash-flows* ou se se encontra perante coberturas de transacções futuras. O Grupo à data de 31 de Dezembro de 2008 e 2007 e de acordo com os critérios contabilísticos localmente aplicáveis, apresentava na sua carteira de passivos emitidos um conjunto de emissões a taxa variável para as quais existiam àquela data instrumentos financeiros derivados (IRS) com o objectivo de efectuarem a cobertura do risco de taxa de juro associado a essa emissões.

O Grupo para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da norma IAS 39, adoptou a contabilidade de cobertura formal, nomeadamente o modelo de cobertura de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa (*Cash flow hedge*) e apresenta na sua carteira de derivados, *swaps* de taxa de juro, que estão a cobrir o risco de variações nos fluxos de caixa dos Recursos de outras instituições de crédito e Responsabilidades representadas por títulos.

O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes. Para o exercício em análise foi registado por contrapartida de Reservas de justo valor o montante de Euros 3.238.863 (2007: Euros 5.132.505), correspondendo à parte efectiva do justo valor dos derivados de cobertura.

A análise da carteira de instrumentos derivados de cobertura por maturidades é a seguinte:

	2008		2007	
	Nocional Euros	Justo Valor Euros	Nocional Euros	Justo Valor Euros
Até 3 meses	13.370.484	130.851	15.710.853	196.304
De 3 meses a 1 ano	178.751.286	799.392	118.729.022	1.483.504
De 1 ano até 5 anos	137.676.440	1.146.204	398.137.420	3.939.231
	329.798.209	2.076.447	532.577.295	5.619.039



24 - Activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
<i>Imóveis:</i>		
De serviço próprio	8.691.324	8.158.081
Obras em imóveis arrendados	1.418.830	1.685.576
	<u>10.110.154</u>	<u>9.843.657</u>
<i>Equipamento:</i>		
Locação operacional	2.594.204	5.718.672
Mobiliário e material	1.281.398	1.274.796
Máquinas e ferramentas	283.926	270.213
Equipamento informático	2.718.526	2.448.278
Instalações interiores	1.504.616	1.461.263
Equipamento de transporte	2.199.057	2.169.686
Equipamento de segurança	325.859	327.225
Outros equipamentos	79.308	78.213
	<u>10.986.894</u>	<u>13.748.346</u>
Activo tangível em curso	200.328	167.264
	<u>21.297.376</u>	<u>23.759.267</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	(2.584.298)	(3.249.518)
Relativas a exercícios anteriores	(5.138.314)	(3.801.633)
	<u>(7.722.612)</u>	<u>(7.051.151)</u>
	<u>13.574.764</u>	<u>16.708.116</u>

A rubrica Imóveis inclui o montante de Euros 8.158.081 (2007: Euros 8.158.081), referente ao imóvel adquirido em regime de locação financeira para as instalações da sede do Grupo, conforme mencionado na nota 36.

A análise das rendas vincendas de contratos de locação operacional por prazo residual das operações é a seguinte:

	2008 Euros	2007 Euros
Até 3 meses	1.061.183	1.689.849
De 3 meses a 1 ano	425.768	3.116.513
De 1 ano até 5 anos	10.681	223.058
Mais de 5 anos	88.460	-
	<u>1.586.092</u>	<u>5.029.420</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Os movimentos da rubrica Activos tangíveis são analisados como segue:

(Valores expressos em Euros)

	Imóveis	Equipamento	Activo tangível em curso	Total
<i>Custo de aquisição:</i>				
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	9.691.142	12.240.684	715.716	22.647.542
Adições	94.505	8.359.823	195.262	8.649.590
Abates / alienações	-	(7.245.297)	(1.307)	(7.246.604)
Transferências	58.509	388.947	(742.407)	(294.951)
Diferenças cambiais	(499)	4.189	-	3.690
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	9.843.657	13.748.346	167.264	23.759.267
Adições	323.356	4.029.609	70.584	4.423.549
Abates / alienações	(52.628)	(6.740.956)	-	(6.793.584)
Transferências	6.377	14.032	(37.520)	(17.111)
Diferenças cambiais	(10.608)	(64.137)	-	(74.745)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	10.110.154	10.986.894	200.328	21.297.376
<i>Amortizações:</i>				
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	1.081.288	4.438.903	-	5.520.191
Amortizações do exercício	350.533	2.898.985	-	3.249.518
Abates / alienações	-	(1.702.846)	-	(1.702.846)
Transferências	762	(6.274)	-	(5.512)
Diferenças cambiais	(1.584)	(8.616)	-	(10.200)
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	1.430.999	5.620.152	-	7.051.151
Amortizações do exercício	375.063	2.209.235	-	2.584.298
Abates / alienações	(50.067)	(1.824.573)	-	(1.874.640)
Transferências	(140.591)	137.673	-	(2.918)
Diferenças cambiais	(16.315)	(18.964)	-	(35.279)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	1.599.089	6.123.523	-	7.722.612
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008	8.511.065	4.863.371	200.328	13.574.764
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	8.412.658	8.128.194	167.264	16.708.116

25 - Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como se segue:

	2008 Euros	2007 Euros
<i>Software</i>	3.979.630	3.848.005
Activo intangível em curso	170.030	70.698
	4.149.660	3.918.703
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	(311.035)	(365.184)
Relativas a exercícios anteriores	(3.329.129)	(2.972.683)
	(3.640.164)	(3.337.867)
	509.496	580.836



Os movimentos da rubrica Activos intangíveis são analisados como segue:

(Valores expressos em Euros)

	Software	Activo intangível em curso	Total
<i>Custo de aquisição:</i>			
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	3.206.711	71.213	3.277.924
Adições	356.943	17.793	374.736
Abates / alienações	(26.939)	-	(26.939)
Transferências	313.138	(18.187)	294.951
Diferenças cambiais	(1.848)	(121)	(1.969)
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	3.848.005	70.698	3.918.703
Adições	115.741	146.671	262.412
Abates / alienações	-	(30.228)	(30.228)
Transferências	34.222	(17.111)	17.111
Diferenças cambiais	(18.338)	-	(18.338)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	3.979.630	170.030	4.149.660
<i>Amortizações:</i>			
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	2.989.105	-	2.989.105
Amortizações do exercício	365.184	-	365.184
Abates / alienações	(22.007)	-	(22.007)
Transferências	5.512	-	5.512
Diferenças cambiais	73	-	73
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	3.337.867	-	3.337.867
Amortizações do exercício	311.035	-	311.035
Abates / alienações	-	-	-
Transferências	2.918	-	2.918
Diferenças cambiais	(11.656)	-	(11.656)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	3.640.164	-	3.640.164
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008	339.466	170.030	509.496
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	510.138	70.698	580.836

26 - Investimentos em associadas

Os dados financeiros relativos às empresas associadas em 2008 são apresentados no quadro seguinte:

	Activo Euros	Passivo Euros	Capital próprio Euros	Resultado líquido Euros	Custo da participação Euros
Banco Pecúnia, S.A.	262.652.300	211.306.573	51.345.727	6.884.082	15.887.689
		% Detida	Valor de Balanço Euros	Resultados de associadas atribuível ao Grupo Euros	
Banco Pecúnia, S.A.		30%	15.445.572	2.065.224	

Os dados financeiros relativos às empresas associadas em 2007 são apresentados no quadro seguinte:

	Activo Euros	Passivo Euros	Capital Próprio Euros	Resultado líquido Euros	Custo da participação Euros
Banco Pecúnia, S.A.	178.812.047	121.762.925	57.049.122	3.066.213	15.887.689
		% Detida	Valor de Balanço Euros	Resultados de associadas atribuível ao Grupo Euros	
Banco Pecúnia, S.A.		30%	17.167.066	919.864	

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Durante o primeiro semestre de 2008, verificou-se uma reorganização na associada do Brasil, tendo as sociedades Galo S.A. e Dial – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, sido incorporados no Banco Pecúnia, S.A..

O grupo financeiro Banco Pecúnia, S.A. é detido em 70% pela Société Générale e em 30% pela Tecnicredito SGPS, S.A.. A participação da Tecnicredito SGPS, S.A. no Banco Pecúnia, S.A. foi adquirida a 27 de Março de 2007.

Os movimentos verificados nesta rubrica são analisados como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	17.167.066	-
Aquisições	-	15.887.689
Resultado de associadas	2.065.224	919.864
Diferenças cambiais	(3.786.718)	359.513
Saldo em 31 de Dezembro	<u>15.445.572</u>	<u>17.167.066</u>

27 - Activos e passivos por impostos correntes

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Carga fiscal imputada (dotações)	6.478.627	11.878.634
Carga fiscal paga	<u>8.121.502</u>	<u>11.621.532</u>
Diferença:		
A receber	1.642.875	212.462
A pagar	-	469.564

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta, retenções na fonte e entregas adicionais.

A diferença entre a carga fiscal imputada (dotação) e a paga nas Sociedades com Imposto sobre o rendimento a pagar, encontra-se totalmente provisionada.

A provisão para impostos sobre lucros para a Tecnicredito SGPS, S.A. e suas subsidiárias, foi calculada de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço. Cada empresa do Grupo prepara individualmente a declaração de impostos sobre lucros.

28 - Activos e passivos por impostos diferidos

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2008		2007	
	Activos Euros	Passivos Euros	Activos Euros	Passivos Euros
Comissões	1.948.944	2.197.189	1.616.705	3.206.713
Provisões para crédito	3.887.767	2.864.104	5.570.494	1.990.057
Instrumentos financeiros derivados	2.323.183	41.684	18.394	628.268
Passivos subordinados	-	278.527	-	417.790
Activos financeiros disponíveis para venda	187.989	896.803	-	908.667
Prejuízos fiscais	224.181	-	372.615	-
Desreconhecimento de activos	525.312	347.174	787.967	677.339
Outros	956.634	524.447	98.596	73.332
	<u>10.054.010</u>	<u>7.149.928</u>	<u>8.464.771</u>	<u>7.902.166</u>
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	<u>(6.940.392)</u>	<u>(6.940.392)</u>	<u>(7.549.413)</u>	<u>(7.549.413)</u>
Activos e Passivos por impostos diferidos	<u>3.113.618</u>	<u>209.536</u>	<u>915.358</u>	<u>352.753</u>
Impostos diferidos líquidos	<u>2.904.082</u>		<u>562.605</u>	



Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que nos termos da legislação aplicável, o Grupo possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O movimento do imposto diferido é analisado como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	562.605	(1.736.844)
Reconhecido em resultados	1.122.685	2.313.639
Reconhecido em reservas	798.016	(25.073)
Diferenças cambiais	420.776	10.883
Saldo em 31 de Dezembro	<u>2.904.082</u>	<u>562.605</u>

Durante o exercício de 2008, o imposto diferido com impacto em reservas teve origem na rubrica Derivados.

29 - Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Imposto sobre o valor acrescentado a receber	75.468	1.767.841
Outros devedores	5.925.394	4.725.938
Aplicações por recuperação de crédito	592.140	354.719
Outros proveitos a receber	2.620.314	2.449.622
Custos diferidos	2.271.199	2.797.200
Património artístico	101.126	105.723
Outras operações a regularizar	1.546.871	1.855.200
	<u>13.132.512</u>	<u>14.056.243</u>
Imparidade de outros activos	(381.506)	(135.019)
	<u>12.751.006</u>	<u>13.921.224</u>

A rubrica Imposto sobre o valor acrescentado a receber no montante de Euros 75.468 (2007: Euros 1.767.841) representa o IVA a recuperar, por reembolsos pedidos, decorrentes da actividade do Grupo.

A rubrica Outros devedores inclui o montante de Euros 418.898 (2007: Euros 440.061) referente a valores entregues à First Data Limited no âmbito da gestão de cartões de crédito.

A rubrica Outros devedores também inclui o montante de Euros 614.875 (2007: Euros 436.048) referente a cauções efectuadas junto da VISA, no âmbito da gestão de cartões de crédito.

A rubrica Aplicações por recuperação de crédito, no montante de Euros 592.140 (2007: Euros 354.719) representa os valores relativos aos bens recuperados por resolução de contratos, cuja mensuração é efectuada de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.8.

A rubrica Outros proveitos a receber inclui o montante de Euros 921.428 (2007: Euros 1.770.527) referente à comparticipação de resultados a receber das seguradoras relativamente à carteira de crédito angariada pelo Grupo.

A rubrica Custos diferidos inclui o montante de Euros 498.126 (2007: Euros 814.847) referente a comissões bancárias.

A rubrica Custos diferidos inclui também o montante de Euros 466.144 (2007: Euros 459.991) relativos ao diferimento das despesas com a montagem das operações de securitização BMORE Finance No. 4 plc e BMORE Finance No. 5 fundo.

A rubrica Imparidade de outros activos, refere-se a imparidade para aplicações por recuperação de crédito e os seus movimentos são analisados como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	135.019	128.876
Dotações do exercício	750.907	462.179
Reversões do exercício	(504.420)	(456.036)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>381.506</u>	<u>135.019</u>

30 - Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
<i>Passivos financeiros detidos para negociação:</i>		
Derivados de taxa de juro	9.979.017	4.271.264
Derivados de taxa de câmbio	386.652	35.028
	<u>10.365.669</u>	<u>4.306.292</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

A rubrica Passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2008		2007	
	Nocional Euros	Justo Valor Euros	Nocional Euros	Justo Valor Euros
Derivados de negociação				
Contratos sobre taxas de juro:				
BMORE Finance No. 3 plc	29.992.905	241.810	41.003.122	398.009
BMORE Finance No. 4 plc	160.331.543	1.307.780	236.574.174	3.873.255
BMORE Finance No. 5 fundo	183.404.823	7.976.168	-	-
Interest rate swaps	41.498.282	453.259	-	-
	<u>415.227.553</u>	<u>9.979.017</u>	<u>277.577.296</u>	<u>4.271.264</u>
Contratos sobre taxas de câmbio:				
Forward rate agreements				
Compra	34.268.525	386.652	24.315.769	35.028
Venda	34.279.102	-	24.272.025	-
	<u>483.775.180</u>	<u>10.365.669</u>	<u>326.165.090</u>	<u>4.306.292</u>

A análise por maturidade dos Passivos financeiros detidos para negociação é a seguinte:

	2008		2007	
	Nocional Euros	Justo Valor Euros	Nocional Euros	Justo Valor Euros
Até 3 meses	98.242.679	628.916	64.298.647	276.709
De 3 meses a 1 ano	110.551.493	1.014.192	98.729.023	1.518.750
De 1 ano até 5 anos	272.470.288	8.613.881	163.137.420	2.510.833
Mais de 5 anos	2.510.720	108.680	-	-
	<u>483.775.180</u>	<u>10.365.669</u>	<u>326.165.090</u>	<u>4.306.292</u>

31 - Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Instituições de crédito no país	304.323.982	314.307.251
Instituições de crédito no estrangeiro	28.199.179	17.317.702
	<u>332.523.161</u>	<u>331.624.953</u>

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito de acordo com o período remanescente das operações, é apresentada como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Até 3 meses	12.720.993	1.312.530
De 3 meses até 1 ano	178.261.948	28.893.172
De 1 ano até 5 anos	112.196.883	272.884.669
Duração indeterminada (descobertos bancários)	29.343.337	28.534.582
	<u>332.523.161</u>	<u>331.624.953</u>

32 - Recursos de clientes

Esta rubrica no montante de Euros 4.189.503 (2007: Euros 4.540.714) refere-se a depósitos com pré-aviso e depósitos à ordem, no âmbito da actividade do Grupo.

Nos termos da Portaria nº 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso nº 11/94 do Banco de Portugal.

A rubrica Recursos de clientes tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2008 Euros	2007 Euros
Até 3 meses	1.811.447	1.730.278
De 3 meses até 1 ano	2.378.056	199.607
De 1 ano até 5 anos	-	1.803.811
Duração indeterminada	-	807.018
	<u>4.189.503</u>	<u>4.540.714</u>

33 - Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Empréstimos obrigacionistas	472.053.283	479.792.881
Papel comercial	14.829.563	44.642.305
	<u>486.882.846</u>	<u>524.435.186</u>



À data de 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é analisada como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2008 Euros
<i>Papel Comercial</i>				
Santander Totta 9ª emissão	Set/2008	Mar/2009	5,223%	10.000.000
BES Investimento 7ª emissão	Set/2008	Mar/2009	5,744%	5.000.000
<i>Obrigações de caixa</i>				
Banco Mais, S.A.				
Banco Mais 2005-2010	Jun/2005	Jun/2010	Euribor 6 meses + 0,95%	20.000.000
Banco Mais 2007-2010	Mai/2007	Mai/2010	Euribor 6 meses + 0,50%	50.000.000
Banco Mais 2007-2012	Out/2007	Out/2012	Euribor 6 meses + 0,40%	30.000.000
BMORE Finance No. 3 plc				
Class B Secured Floating Rate	Mai/2002	Mai/2012	Euribor 3 meses + 0,80%	2.573.817
Class C Secured Floating Rate	Mai/2002	Mai/2012	Euribor 3 meses + 1,50%	12.100.000
BMORE Finance No. 4 plc				
Class A Secured Floating Rate	Mai/2004	Mai/2014	Euribor 3 meses + 0,20%	90.124.637
Class B Secured Floating Rate	Mai/2004	Mai/2014	Euribor 3 meses + 0,35%	15.740.000
Class C Secured Floating Rate	Mai/2004	Mai/2014	Euribor 3 meses + 0,55%	17.260.000
Class D Secured Floating Rate	Mai/2004	Mai/2014	Euribor 3 meses + 0,94%	12.000.000
BMORE Finance No. 5 fundo				
Senior Units A	Nov/2007	Nov/2010	Conduit + 0,30%	220.000.000
<i>Periodificações e custos diferidos</i>				
				2.084.392
				<u>486.882.846</u>

Durante o exercício de 2008, o Grupo efectuou o reembolso de empréstimos obrigacionistas no montante de Euros 26.329.519 (2007: Euros 121.162.754).

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2008 Euros	2007 Euros
Até 3 meses	38.139.468	26.876.877
De 3 meses até 1 ano	52.594.117	118.729.237
De 1 ano até 5 anos	293.081.323	278.829.072
Mais de 5 anos	103.067.938	100.000.000
	<u>486.882.846</u>	<u>524.435.186</u>

34 - Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Provisão para outros riscos e encargos	<u>1.408.254</u>	<u>1.625.000</u>

Os movimentos da rubrica Provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	1.625.000	2.951.000
Dotações do exercício	298.969	25.000
Reversões do exercício	(500.000)	(1.350.000)
Utilizações	-	(1.000)
Diferenças cambiais	(15.715)	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>1.408.254</u>	<u>1.625.000</u>

35 - Passivos subordinados

Esta rubrica representa as responsabilidades do Grupo relativamente ao empréstimo obrigacionista subordinado, emitido nas seguintes condições:

Descrição da Emissão	Data de Emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2008 Euros
Banco Mais 2004/2011 com juro suplementar	Dez/2004	Mar/2011	Taxa fixa 2,5% + juro suplementar	<u>5.085.715</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

O empréstimo obrigacionista Banco Mais 2004/2011 vence juros a uma taxa constituída por uma componente fixa e outra variável. Os juros relativos à componente fixa são pagos anualmente à taxa de 2,5%. O juro suplementar é calculado com base numa proporção calculada em função da relação entre os resultados líquidos e o capital social do Banco Mais, S.A. à data da subscrição, da qual resulta para 2007 a taxa de 17,5% sobre o resultado líquido deduzido de reservas obrigatórias.

A rubrica Passivos subordinados tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2008 Euros	2007 Euros
De 1 a 5 anos	5.085.715	5.823.651

Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados são analisados como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Encargos imputados com passivos subordinados	3.215.536	4.772.745
Encargos pagos com passivos subordinados	3.935.996	4.503.115

36 - Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Cauções recebidas	13.801.354	14.482.403
Fornecedores de imobilizado em locação financeira	6.442.858	7.101.730
Companhias de seguros	2.927.730	1.509.962
Comissões por angariação de contratos	424.274	2.244.099
Outros credores	3.127.527	3.563.140
Custos a pagar com férias e subsídios de férias e bónus	1.075.466	891.760
Imposto do selo a pagar	335.478	476.474
Imposto sobre o valor acrescentado a pagar	723.446	171.665
Sector público administrativo	351.901	552.721
Outros custos a pagar	2.171.380	2.497.503
Proveitos diferidos	145.700	38.551
Outras contas de regularização	1.377.218	1.974.339
	<u>32.904.332</u>	<u>35.504.347</u>

A rubrica Cauções recebidas no montante de Euros 13.801.354 (2007: Euros 14.482.403) refere-se a cauções recebidas de clientes de locação financeira.

A rubrica Fornecedores de imobilizado em locação financeira no montante de Euros 6.442.858 (2007: Euros 7.101.730) refere-se a valores a pagar pelo Banco Mais, S.A. enquanto locatário.

A reconciliação da rubrica Fornecedores em locação financeira é apresentada como segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Rendas vincendas	7.783.056	8.780.741
Juro vincendo	(1.500.198)	(1.839.011)
Valor residual	160.000	160.000
	<u>6.442.858</u>	<u>7.101.730</u>

A rubrica Fornecedores de imobilizado em locação financeira, tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2008 Euros	2007 Euros
Até 3 meses	169.625	159.188
De 3 meses a 1 ano	523.391	640.102
De 1 ano até 5 anos	4.113.352	2.889.994
Mais de 5 anos	1.636.490	3.412.446
	<u>6.442.858</u>	<u>7.101.730</u>

A rubrica Companhias de seguros no montante de Euros 2.927.730 (2007: Euros 1.509.962) refere-se a prémios de seguros de vida e protecção total recebidos de clientes a entregar pelo Grupo.

A rubrica Comissões por angariação de contratos no montante de Euros 424.274 (2007: Euros 2.244.099) refere-se a comissões a pagar a angariadores de contratos.

A rubrica Outras contas de regularização inclui o montante de Euros 1.246.135 (2007: Euros 1.596.450) referente a recebimentos de clientes que serão regularizados no início do próximo exercício, por contrapartida da rubrica Crédito a clientes.

37 - Capital

O capital social no montante de Euros 17.500.000 (2007: Euros 17.500.000), representado por 17.500.000 acções com o valor nominal de 1 Euro, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

À data de 31 de Dezembro de 2008, a Tecnicrédito SGPS, S.A., é detida em 53,573% pela Auto - Industrial, S.A., sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nas demonstrações financeiras da Auto - Industrial, S.A..

38 - Reserva legal

A Tecnicrédito SGPS, S.A., reforça anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social. Nos termos da legislação portuguesa, esta reserva não está, normalmente, disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital social.

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente em Portugal, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5% e 10% dos lucros líquidos anuais dependendo da actividade económica.



39 - Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Os movimentos nas rubricas de Reservas de justo valor e Outras reservas e resultados transitados são apresentados como segue:

(Valores expressos em euros)

	Reserva de justo valor			Outras reservas e resultados transitados			
	Derivados de cobertura	Reserva por impostos diferidos	Total de reserva de justo valor	Reserva legal	Diferenças cambiais	Outras reservas e resultados transitados	Total outras reservas e resultados transitados
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	5.277.797	(501.910)	4.775.887	7.675.197	81.958	134.003.239	141.760.394
Alterações de justo valor	(145.292)	(25.073)	(170.365)	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	174.014	-	174.014
Constituição de reservas	-	-	-	1.186.353	-	32.116.751	33.303.104
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(4.900.000)	(4.900.000)
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	5.132.505	(526.983)	4.605.522	8.861.550	255.972	161.219.990	170.337.512
Alterações de justo valor	(8.371.368)	798.016	(7.573.352)	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	(5.743.354)	-	(5.743.354)
Constituição de reservas	-	-	-	1.677.472	-	34.453.822	36.131.294
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(5.600.000)	(5.600.000)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	(3.238.863)	271.033	(2.967.830)	10.539.022	(5.487.382)	190.073.812	195.125.452

As reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos por operações de cobertura em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.4.

40 - Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica é analisada como se segue:

	2008 Euros	2007 Euros
Garantias e avales prestados	6.982.167	6.215.557
Compromissos assumidos perante terceiros	9.122.258	14.489.288
Compromissos assumidos por terceiros	175.297.287	204.761.338
<i>Garantias reais:</i>		
Activos recebidos em garantia	1.504.002	2.765.081
<i>Outras contas extrapatrimoniais:</i>		
Créditos abatidos ao activo	99.933.662	30.635.777
Juros de crédito vencido anulados	24.181.996	33.407.674
<i>Rendas vincendas:</i>		
De contratos sem rendas em atraso	116.987.381	113.295.124
De contratos com rendas em atraso	16.055.244	10.882.164
<i>Valores residuais:</i>		
De contratos sem rendas em atraso	20.581.277	19.288.397
De contratos com rendas em atraso	2.589.330	2.272.225

Os instrumentos financeiros são registados no balanço quando se tomam exigíveis. Os instrumentos financeiros registados em contas à ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfolio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

41 - Factos relevantes ocorridos durante o ano de 2008 e eventos subsequentes

Durante o primeiro semestre de 2008, verificou-se uma reorganização na associada do Brasil, tendo as sociedades Galo S.A. e Dial – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, sido incorporados no Banco Pecúnia, S.A.. A 31 de Dezembro de 2008, a Tecnicredito SGPS S.A. detém uma participação financeira de 30% do Banco Pecúnia, S.A..

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

42 - Balanços e taxas médias

Os valores contabilísticos médios dos activos, passivos financeiros e juros associados, bem como as taxas de juro médias efectivas, são apresentados como se segue:

2008			
	Balanço médio Euros	Juros do exercício Euros	Taxa %
Activos geradores de juros:			
Aplicações em instituições de crédito	2.680.178	101.794	3,8%
Disponibilidades em outras instituições de crédito	83.322.380	3.083.412	3,7%
Crédito a clientes	982.802.078	117.759.389	11,9%
Total de activos geradores de juros	1.068.804.636	118.187.761	
Activos não geradores de juros	63.173.147		
Total do Activo	1.131.977.783		
Passivos geradores de juros:			
Recursos de outras instituições de crédito	362.645.391	18.113.899	5,0%
Recursos de clientes	4.735.491	223.589	4,7%
Títulos de dívida emitidos	502.260.952	22.289.223	4,4%
Passivos subordinados	5.521.220	3.215.536	17,5% ⁽¹⁾
Total de passivos geradores de juros	875.163.054	43.842.246	
Passivos não geradores de juros	21.320.336		
Total do Passivo	896.483.390		
Capital Próprio	235.494.393		
Total do Passivo e do Capital Próprio	1.131.977.783		
Taxa de remuneração dos activos	11,3%		

(1) A remuneração é de 17,5% sobre o resultado líquido deduzido das reservas obrigatórias.

2007			
	Balanço médio Euros	Juros do exercício Euros	Taxa %
Activos geradores de juros:			
Aplicações em instituições de crédito	1.375.240	47.287	3,5%
Disponibilidades em outras instituições de crédito	75.249.929	2.416.494	3,2%
Crédito a clientes	927.023.560	112.475.549	12,1%
Total de activos geradores de juros	1.003.648.729	114.939.330	11,5%
Activos não geradores de juros	52.654.664		
Total do Activo	1.056.303.393		
Passivos geradores de juros:			
Recursos de outras instituições de crédito	328.196.813	12.891.052	3,9%
Recursos de clientes	2.694.450	90.304	3,4%
Títulos de dívida emitidos	451.012.185	20.113.336	4,5%
Passivos subordinados	5.696.077	4.772.655	17,5% ⁽¹⁾
Total de passivos geradores de juros	787.599.525	37.867.347	4,8%
Passivos não geradores de juros	55.229.288		
Total do Passivo	842.828.813		
Capital Próprio	213.474.580		
Total do Passivo e do Capital Próprio	1.056.303.393		
Taxa de remuneração dos activos	11,5%		

(1) A remuneração é de 17,5% sobre o resultado líquido deduzido das reservas obrigatórias.



43 - Justo valor

A 31 de Dezembro de 2008, a decomposição dos activos e passivos financeiros do Grupo contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

2008			
	Valor contabilístico Euros	Justo valor Euros	Diferença Euros
Activos financeiros:			
Detidos para negociação	9.381.908	9.381.908	-
Crédito a clientes	967.084.681	1.052.337.745	(85.253.064)
Passivos financeiros:			
Detidos para negociação	10.365.669	10.365.669	-
Recursos de outras instituições de crédito	332.523.161	332.523.161	-
Recursos de clientes	4.189.503	4.189.503	-
Responsabilidades representadas por títulos	486.882.846	486.882.846	-

A 31 de Dezembro de 2007, a decomposição dos activos e passivos financeiros do Grupo contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

2007			
	Valor contabilístico Euros	Justo valor Euros	Diferença Euros
Activos financeiros:			
Detidos para negociação	5.697.311	5.697.311	-
Crédito a clientes	984.082.151	1.072.889.390	(88.807.239)
Passivos financeiros:			
Detidos para negociação	4.306.292	4.306.292	-
Recursos de outras instituições de crédito	331.624.953	331.624.953	-
Recursos de clientes	4.540.714	4.540.714	-
Responsabilidades representadas por títulos	524.435.186	524.435.186	-

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como se segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito ao consumo, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as que resultam da incorporação do custo dos capitais, do risco esperado por cada carteira e do custo do serviço de gestão e cobrança da carteira.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os créditos com características similares à data do balanço.

Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

Para os instrumentos que se encontram cobertos por derivados, o seu justo valor já se encontra reflectido nas Demonstrações Financeiras. Para os instrumentos remanescentes, o justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização de fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

44 - Partes relacionadas

A posição accionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, é a seguinte:

Accionistas/Obrigacionistas	Título	Nº de títulos à data de		Movimento no exercício de 2008			Preço unitário Euros
		31-12-08	31-12-07	Aquisições	Alienações	Data	
Membros de Órgãos Sociais							
<i>Acções:</i>							
Mário Raul Leite Santos	Administrador	522.135	522.135	-	-	-	-
Manuel Cardoso Pinto Marta	Administrador	227.155	227.155	-	-	-	-
Manuel Carlos de Carvalho Fernandes ⁽¹⁾	Administrador	1.738.750	1.738.750	-	-	-	-
João Manuel Mora de Ibérico Nogueira	Administrador	455.000	455.000	-	-	-	-
Vitor Manuel Farinha Nunes	Administrador	455.000	455.000	-	-	-	-
<i>Obrigações:</i>							
Mário Raul Leite Santos	Administrador	8.207	8.207	-	-	-	-
Manuel Cardoso Pinto Marta	Administrador	3.683	3.683	-	-	-	-
Manuel Carlos de Carvalho Fernandes ⁽¹⁾	Administrador	10.081	10.081	-	-	-	-
João Manuel Mora de Ibérico Nogueira	Administrador	2.638	2.638	-	-	-	-
Vitor Manuel Farinha Nunes	Administrador	2.638	2.638	-	-	-	-

⁽¹⁾ Posição detida indirectamente em 82%

À data de 31 de Dezembro de 2008, o valor das transacções do Grupo com partes relacionadas, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício são analisados como segue:

	2008			
	Balanço		Demonstração de resultados	
	Activo Euros	Passivo Euros	Custos Euros	Proveitos Euros
Auto-Industrial, S.A.	-	1.750.000	94.540	31.258

À data de 31 de Dezembro de 2007, o valor das transacções do Grupo com partes relacionadas, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício são analisados como segue:

	2007			
	Balanço		Demonstração de resultados	
	Activo Euros	Passivo Euros	Custos Euros	Proveitos Euros
Auto-Industrial, S.A.	181.411	82.009	341.481	1.421.617

45 - Indicadores do Balanço e Demonstração de resultados consolidados por segmentos

Dada a natureza da actividade e dos seus clientes, o Grupo Tecnicredito, concentra-se num único segmento de negócio que é o crédito ao consumo.

No âmbito da sua estratégia de desenvolvimento, o Grupo Tecnicredito actua com especial enfoque nos mercados Português, Espanhol, Eslovaco, Húngaro e Brasileiro, considerados mercados prioritários,

operando ainda num conjunto restrito de outros mercados. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em Portugal, Espanha, Hungria, Luxemburgo, Brasil e Outros, sendo que o segmento Portugal representa, essencialmente, a actividade desenvolvida pelo Banco Mais, S.A., em Portugal. O segmento Espanha inclui as operações desenvolvidas pelo Banco Mais, S.A. (Espanha), Sucursal en España e o segmento Hungria encontra-se representado pela actividade do Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság. O segmento Luxemburgo encontra-se representado pela actividade da Tcc Investments Luxembourg, SARL. e o segmento Brasil representa essencialmente a actividade desenvolvida pelo Banco Pecúnia, S.A.. O segmento Outros considera as operações do Grupo que não estão incluídas nos restantes segmentos.



Os elementos da demonstração de resultados por mercados geográficos do Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2008, são analisados como segue:

	Portugal Euros	Espanha Euros	Hungria Euros	Luxemburgo Euros	Brasil Euros	Outros Euros	Total Euros
Demonstração de resultados							
Juros e rendimentos similares	91.576.935	10.535.066	19.530.851	40.169	-	3.174.637	124.857.658
Juros e encargos similares	(37.284.331)	(5.468.392)	(4.126.002)	(16.257)	-	(860.327)	(47.755.309)
Margem financeira	54.292.604	5.066.674	15.404.849	23.912	-	2.314.310	77.102.349
Resultados de serviços e comissões	8.886.696	1.120.697	3.153.139	(921)	-	235.473	13.395.084
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	(11.262.961)	-	(6.043.959)	6.591.983	-	3.019.803	(7.695.134)
Resultados de reavaliação cambial	2.958.794	-	7.623.516	-	-	(377.502)	10.204.808
Outros resultados de exploração	2.132.451	54.978	(1.201.542)	(5.129)	-	184.695	1.165.453
Total de proveitos operacionais	57.007.584	6.242.349	18.936.003	6.609.845	-	5.376.779	94.172.560
Custos com pessoal	6.146.983	1.392.341	1.524.157	-	-	682.774	9.746.255
Gastos gerais administrativos	10.614.284	2.119.393	2.665.776	40.893	-	2.215.910	17.656.256
Amortizações do exercício	2.215.688	198.610	367.320	-	-	113.715	2.895.333
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	17.222.483	10.625.563	1.859.542	-	-	558.690	30.266.278
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	246.487	-	-	-	-	-	246.487
Provisões líquidas de reversões	(500.000)	-	298.969	-	-	-	(201.031)
Total de custos operacionais	35.945.925	14.335.907	6.715.764	40.893	-	3.571.089	60.609.578
Resultados de associadas	-	-	-	-	2.065.224	-	2.065.224
Resultado antes de imposto	21.061.659	(8.093.558)	12.220.239	6.568.952	2.065.224	1.805.690	35.628.206
Impostos correntes	(4.303.908)	-	(2.169.706)	-	-	(5.013)	(6.478.627)
Impostos diferidos	(981.007)	2.368.826	(301.450)	-	-	36.316	1.122.685
	(5.284.915)	2.368.826	(2.471.156)	-	-	31.303	(5.355.942)
Resultado consolidado líquido do exercício	15.776.744	(5.724.732)	9.749.083	6.568.952	2.065.224	1.836.993	30.272.264

Os elementos do balanço por mercados geográficos do Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2008, são analisados como segue:

	Portugal Euros	Espanha Euros	Hungria Euros	Luxemburgo Euros	Brasil Euros	Outros Euros	Total Euros
Balanço							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	236.525	1.241	10.577	-	-	11.185	259.528
Disponibilidades em outras instituições de crédito	85.794.233	34.635	2.141.255	8.270	-	551.208	88.529.601
Activos financeiros detidos para negociação	9.303.608	-	78.300	-	-	-	9.381.908
Activos financeiros disponíveis para venda	(18.996.193)	-	-	11.426.717	-	7.639.049	69.573
Aplicações em instituições de crédito	(9.163.323)	-	-	3.350.515	-	9.025.535	3.212.727
Crédito a clientes	712.143.541	84.661.190	151.931.740	-	-	18.348.210	967.084.681
Derivados de cobertura	70.913	-	-	-	-	-	70.913
Activos tangíveis	12.075.421	437.052	817.935	-	-	244.356	13.574.764
Activos intangíveis	347.663	26.643	121.218	-	-	13.972	509.496
Investimentos em associadas	-	-	-	-	15.445.572	-	15.445.572
Activos por impostos correntes	1.514.114	-	128.761	-	-	-	1.642.875
Activos por impostos diferidos	575.053	2.215.768	-	-	-	322.797	3.113.618
Outros activos	3.631.328	1.758.720	900.749	1.176.964	-	5.283.245	12.751.006
Total do Activo	797.532.883	89.135.249	156.130.535	15.962.466	15.445.572	41.439.557	1.115.646.262
Passivos financeiros detidos para negociação	9.525.759	-	839.910	-	-	-	10.365.669
Recursos de outras instituições de crédito	112.494.460	85.272.072	116.543.868	-	-	18.212.761	332.523.161
Recursos de clientes	4.112.297	-	77.206	-	-	-	4.189.503
Responsabilidades representadas por títulos	486.882.846	-	-	-	-	-	486.882.846
Derivados de cobertura	2.147.360	-	-	-	-	-	2.147.360
Provisões	1.125.000	-	283.254	-	-	-	1.408.254
Passivos por impostos correntes	(5.181)	-	-	-	-	5.181	-
Passivos por impostos diferidos	-	-	209.536	-	-	-	209.536
Passivos subordinados	5.085.715	-	-	-	-	-	5.085.715
Outros passivos	28.922.859	532.780	2.870.446	9.347	-	568.900	32.904.332
Total do Passivo	650.291.115	85.804.852	120.824.220	9.347	-	18.786.842	875.716.376
Total Capital Próprio	147.241.768	3.330.397	35.306.315	15.953.119	15.445.572	22.652.715	239.929.886
Total do passivo e capital próprio	797.532.883	89.135.249	156.130.535	15.962.466	15.445.572	41.439.557	1.115.646.262

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Os elementos da demonstração de resultados por mercados geográficos do Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2007, são analisados como segue:

	Portugal Euros	Espanha Euros	Hungria Euros	Luxemburgo Euros	Brasil Euros	Outros Euros	Total Euros
Demonstração de resultados							
Juros e rendimentos similares	87.483.865	11.291.052	17.862.723	-	-	1.144.307	117.781.947
Juros e encargos similares	(33.179.338)	(4.395.572)	(2.944.922)	(1.852)	-	(193.845)	(40.715.529)
Margem financeira	54.304.527	6.895.480	14.917.801	(1.852)	-	950.462	77.066.418
Resultados de serviços e comissões	5.576.209	1.234.561	2.190.337	(27)	-	106.519	9.107.599
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	1.757.264	-	297.648	-	-	(735.820)	1.319.092
Resultados de reavaliação cambial	149.062	-	988.016	-	-	(164)	1.136.914
Outros resultados de exploração	(1.172.430)	184.760	(704.394)	146.829	-	5.825.356	4.280.121
Total de proveitos operacionais	60.614.632	8.314.801	17.689.408	144.950	-	6.146.353	92.910.144
Custos com pessoal	5.772.340	1.317.512	1.488.310	-	-	492.678	9.050.840
Gastos gerais administrativos	10.397.996	2.279.228	3.353.305	-	-	2.124.349	18.154.878
Amortizações do exercício	2.962.133	215.868	339.813	-	-	96.888	3.614.702
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	11.166.557	5.593.634	1.922.080	-	-	(50.115)	18.632.156
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(154.186)	-	-	-	-	160.329	6.143
Provisões líquidas de reversões	(1.325.000)	-	-	-	-	-	(1.325.000)
Total de custos operacionais	28.819.840	9.406.242	7.083.508	-	-	2.824.129	48.133.719
Resultado de associadas	-	-	-	-	919.864	-	919.864
Resultado antes de imposto	31.794.792	(1.091.441)	10.605.900	144.950	919.864	3.322.224	45.696.289
Impostos correntes	(10.853.098)	217.052	(1.242.588)	-	-	-	(11.878.634)
Impostos diferidos	2.883.458	(110.191)	(749.801)	-	-	290.173	2.313.639
	(7.969.640)	106.861	(1.992.389)	-	-	290.173	(9.564.995)
Resultado consolidado líquido do exercício	23.825.152	(984.580)	8.613.511	144.950	919.864	3.612.397	36.131.294

Os elementos do balanço por mercados geográficos do Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2007, são analisados como segue:

	Portugal Euros	Espanha Euros	Hungria Euros	Luxemburgo Euros	Brasil Euros	Outros Euros	Total Euros
Balanço							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	130.782	14.350	10.761	-	-	30.202	186.095
Disponibilidades em outras instituições de crédito	85.851.288	3.208.992	324.459	12.473	-	852.717	90.249.929
Activos financeiros detidos para negociação	4.969.826	-	727.485	-	-	-	5.697.311
Activos financeiros disponíveis para venda	69.573	-	-	-	-	-	69.573
Aplicações em instituições de crédito	(4.298.022)	-	-	-	-	6.145.650	1.847.628
Crédito a clientes	740.395.777	103.831.586	129.338.273	146.820	-	10.369.695	984.082.151
Derivados de cobertura	6.704.780	-	-	-	-	-	6.704.780
Activos tangíveis	15.168.950	552.564	737.363	-	-	249.239	16.708.116
Activos intangíveis	392.380	28.111	135.341	-	-	25.004	580.836
Investimentos em associadas	-	-	-	-	17.167.066	-	17.167.066
Activos por impostos correntes	(130.153)	-	342.615	-	-	-	212.462
Activos por impostos diferidos	(1.057.587)	1.676.038	-	-	-	296.907	915.358
Outros activos	9.043.532	1.299.771	415.696	-	-	3.162.225	13.921.224
Total do Activo	857.241.126	110.611.412	132.031.993	159.293	17.167.066	21.131.639	1.138.342.529
Passivos financeiros detidos para negociação	4.271.264	-	35.028	-	-	-	4.306.292
Recursos de outras instituições de crédito	123.950.051	102.328.491	96.980.976	-	-	8.365.435	331.624.953
Recursos de clientes	4.476.407	-	64.307	-	-	-	4.540.714
Responsabilidades representadas por títulos	524.435.186	-	-	-	-	-	524.435.186
Derivados de cobertura	1.085.741	-	-	-	-	-	1.085.741
Provisões	98.056	1.526.944	-	-	-	-	1.625.000
Passivos por impostos correntes	469.564	-	-	-	-	-	469.564
Passivos por impostos diferidos	-	-	352.753	-	-	-	352.753
Passivos subordinados	5.823.651	-	-	-	-	-	5.823.651
Outros passivos	29.091.606	2.700.848	2.185.629	1.001.850	-	524.414	35.504.347
Total do Passivo	693.701.526	106.556.283	99.618.693	1.001.850	-	8.889.849	909.768.201
Total Capital Próprio	163.539.600	4.055.129	32.413.300	(842.557)	17.167.066	12.241.790	228.574.328
Total do passivo e capital próprio	857.241.126	110.611.412	132.031.993	159.293	17.167.066	21.131.639	1.138.342.529



46 - Empresas subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os activos, passivos e resultados da Tecnicrédito SGPS, S.A. e das suas empresas subsidiárias.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo de empresas subsidiárias da Tecnicrédito SGPS, S.A., era constituído como segue:

Empresa subsidiárias	Sede	Actividade económica	Capital Euros	% Participação	
				Directa	Indirecta
Banco Mais, S.A.	Lisboa	Actividade bancária	100.000.000	100%	-
Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, S.A.	Lisboa	Aluguer de longa duração	1.000.000	100%	-
Margem - Mediação de Seguros, Lda.	Lisboa	Mediação de seguros	6.235	100%	-
Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság	Budapeste	Actividade bancária	12.158.090	-	100%
Tecnicrédito Cayman, Inc.	Ilhas Caimão	Investimentos financeiros	100.000	100%	-
Tcc Investments, Ltd.	Ilhas Caimão	Investimentos financeiros	500.000	-	100%
Tcc Investments Luxembourg, SARL	Luxemburgo	Investimentos financeiros	12.500	100%	-

O Banco Mais, S.A., é um banco privado com sede social em Lisboa, e tem como objecto social o exercício da actividade bancária e a realização de todas as operações permitidas aos bancos pela lei actual ou futura. A 31 de Dezembro de 2008, o Banco Mais, S.A. detém sucursais em Espanha, Eslováquia e Polónia.

A Sucursal em Espanha foi constituída em 12 de Julho de 2001, com o nome de Banco Mais, S.A. (Espanha), Sucursal en España.

Em 15 de Julho de 2005, o Banco Mais, S.A. constituiu uma Sucursal na Eslováquia com o nome de Banco Mais, S.A., Pobočka zahraničnej banky.

A Sucursal na Polónia foi constituída em 27 de Março de 2006, com o nome de Banco Mais Spółka Akcyjna Oddział w Polsce.

A Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, S.A., foi constituída em 2 de Fevereiro de 1989, tendo por objecto social o aluguer de veículos automóveis com e sem condutor.

A Margem - Mediação de Seguros, Lda. foi constituída em Março de 1980 e tem por objecto social a mediação de seguros.

O Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság foi constituído em 1 de Maio de 1998 e tem como objecto social o exercício da actividade bancária.

A Tecnicrédito Cayman, Inc. foi constituída em 22 de Dezembro de 1999. A Sociedade tem como objecto social o exercício de toda e qualquer actividade desde que permitida por lei.

A Tcc Investments, Ltd. foi constituída em 5 de Maio de 1999. A Sociedade tem como objecto social o exercício de toda e qualquer actividade desde que permitida por lei.

A Tcc Investments Luxembourg, SARL foi constituída em 10 de Dezembro de 2007. A Sociedade tem como objecto social o exercício de toda e qualquer actividade desde que permitida por lei.

47- Gestão de riscos da actividade

Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em factores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da actividade e do mercado onde essa actividade é desenvolvida. O Grupo Tecnicrédito centra a sua actividade na concessão de crédito ao consumo, pelo que os riscos materialmente

relevantes a que está exposto, com base na perspectiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juro;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

No caso específico da filial da Hungria, o risco de taxa de câmbio também está presente, embora se encontre coberto.

O Grupo Tecnicrédito dispõe de uma política centralizada de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos da actividade, baseada em princípios de rigor e de prudência que sempre pautaram o desenvolvimento sustentado do negócio. É através do Sistema de Controlo Interno que o Grupo define e faz implementar as políticas de gestão de risco e respectivos objectivos emanados pelo Conselho de Administração.

É da competência do Conselho de Administração a definição dos princípios de gestão e controlo de riscos em todas as suas vertentes – financeiros e não financeiros. A Direcção de Risco, órgão de primeiro nível da estrutura orgânica do Grupo, é responsável pela identificação, análise e acompanhamento dos vários riscos e respectivo reporte ao Conselho de Administração.

As principais responsabilidades da Direcção de Risco são a avaliação e acompanhamento dos riscos de natureza financeira e não financeira. De entre as funções desempenhadas por esta direcção destacam-se as seguintes:

- Análise e acompanhamento do risco de crédito;
- Desenvolvimento, implementação e acompanhamento dos modelos no âmbito do sistema de notação interna (Basileia II);
- Classificação de risco dos pontos de venda originadores de crédito;
- Análise e acompanhamento do risco operacional;
- Análise e acompanhamento do risco de taxa de juro;
- Elaboração de relatórios/reportes para o Banco de Portugal;
- Preparação de relatórios/reportes para a Administração;
- Elaboração de relatórios/reportes para outras entidades externas e internas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Risco de crédito

O Conselho de Administração define e revê periodicamente a estratégia de gestão de Risco de Crédito. Esta estratégia estabelece a política de risco a implementar e o nível de rentabilidade esperado em função dos diferentes graus de risco de crédito passíveis de serem assumidos. Na política de risco estabelecida são definidos os limites globais de crédito a nível individual e de grupo e o processo para aprovação de novos créditos e renovação de créditos existentes.

No Regulamento de Crédito de cada sucursal e da filial do Grupo, discutido e aprovado centralmente mas devidamente adaptado às especificidades de cada país, está definido e documentado o referido processo de concessão de crédito. O incumprimento deste regulamento encontra-se bloqueado pelo sistema informático implementado, que foi desenvolvido internamente de forma a responder às necessidades específicas do negócio. O cumprimento do Regulamento de Crédito e a detecção de eventuais falhas de controlo são também verificados através de auditorias internas regulares a processos seleccionados aleatoriamente.

A concessão de crédito assenta numa rigorosa análise, que considera o *scoring* das propostas apresentadas, entrando em linha de conta com diversas variáveis que afectam o risco potencial das operações. No âmbito do novo acordo de capital regulamentar Basileia II e respeitando os normativos legais decorrentes do mesmo, o Grupo desenvolveu e implementou modelos internos de notação de risco.

O Grupo possui modelos de avaliação do risco de crédito que permitem a produção de informação de forma integrada e segmentada. Esta informação é elaborada pela Direcção de Risco e mensalmente reportada à Direcção e Administração para acompanhamento e gestão permanente do risco das carteiras de crédito originadas em cada ano e relativas a cada produto pelas diferentes participadas e sucursais. É também reportada informação sobre risco de crédito a entidades externas, de entre as quais se destaca o Banco de Portugal.

A definição anual do *pricing* de cada produto está assente em critérios que permitem controlar à partida o nível de risco que o Grupo está disposto a assumir em cada ano em função da rentabilidade pretendida. O cálculo deste *pricing* baseia-se nos custos de *funding*, nos custos administrativos, no risco associado às operações e no *spread* líquido que se pretende obter em cada segmento, relevando ainda a concorrência de cada segmento.

A repartição por tipo de cliente da exposição ao risco de crédito, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se apresentada conforme segue:

(Valores expressos em euros)

2008							
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros detidos para venda		Garantias prestadas
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Crédito a empresas	117.627.663	4.730.438	-	-	-	-	-
Crédito a particulares - Habitação	2.151.821	78.442	-	-	-	-	-
Crédito a particulares - Outro	900.800.152	48.686.075	-	-	-	-	-
Outros	-	-	9.381.908	-	69.573	-	6.982.167
Total	1.020.579.636	53.494.955	9.381.908	-	69.573	-	6.982.167

(Valores expressos em euros)

2007							
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros detidos para venda		Garantias prestadas
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Crédito a empresas	124.659.418	10.603.372	-	-	-	-	-
Crédito a particulares - Habitação	2.349.717	199.864	-	-	-	-	-
Crédito a particulares - Outro	948.559.528	80.683.276	-	-	-	-	-
Outros	-	-	5.697.311	-	69.573	-	6.215.557
Total	1.075.568.663	91.486.512	5.697.311	-	69.573	-	6.215.557

Risco de taxa de juro

A política de gestão do risco de taxa de juro do Grupo Tecnocrédito, definida pelo Conselho de Administração, passa pela monitorização periódica deste risco de modo a, em cada momento e face ao nível de exposição detectado, serem contratados instrumentos de cobertura de modo a manter a exposição do Grupo ao risco de taxa de juro a níveis baixos.

Semestralmente é elaborado um relatório de exposição do Grupo ao risco de taxa de juro, considerando as maturidades e *repricings* das exposições, avaliando potenciais perdas em cenários de evolução das taxas de juro (*stress tests*).



A análise da exposição ao risco de taxa de juro, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, encontra-se apresentada como segue:

(Valores expressos em euros)

2008							
	Valor de Balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	259.528	31.204	228.324	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	88.529.601	-	88.529.601	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	9.381.908	-	190.892	150.448	344.291	8.456.200	240.077
Activos financeiros disponíveis para venda	69.573	-	-	-	-	-	69.573
Aplicações em instituições de crédito	3.212.727	-	3.212.727	-	-	-	-
Crédito a clientes	967.084.681	-	306.972.499	53.738.482	96.825.089	456.266.166	53.282.445
Passivo							
Passivos financeiros detidos para negociação	10.365.669	-	627.407	231.573	782.619	8.482.285	241.785
Recursos de outras instituições de crédito	332.523.161	-	126.802.427	8.962.358	156.758.376	40.000.000	-
Recursos de clientes	4.189.503	-	4.189.503	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	486.882.846	-	249.066.139	97.015.203	37.588.683	103.212.821	-
Passivos subordinados	5.085.715	-	-	-	-	5.085.715	-

A análise da exposição ao risco de taxa de juro, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007, encontra-se apresentada como segue:

(Valores expressos em euros)

2007							
	Valor de Balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	186.095	36.181	149.914	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	90.249.929	-	90.249.929	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	69.573	-	-	-	-	-	69.573
Aplicações em instituições de crédito	1.847.628	-	1.847.628	-	-	-	-
Créditos a clientes	984.082.151	-	143.722.982	249.550.625	92.823.456	452.546.720	45.438.368
Passivo							
Passivos financeiros detidos para negociação	4.306.292	-	243.121	427.182	964.660	2.671.329	-
Recursos de outras instituições de crédito	331.624.953	-	77.118.369	75.263.243	20.000.000	159.243.340	-
Recursos de clientes	4.540.714	-	4.540.714	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	524.435.186	-	25.710.853	128.666.846	70.062.392	250.868.881	49.126.215
Passivos subordinados	5.823.651	-	-	-	-	5.823.651	-

De acordo com o definido pela instrução nº. 19/2005 do Banco de Portugal, uma variação da taxa de juro de 200 p.b. origina um impacto acumulado negativo no Capital próprio no montante de Euros 19.247.823 que corresponde a um impacto negativo de 8,3%. A mesma variação da taxa de juro para os instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano origina um impacto acumulado na Margem financeira no montante de Euros 1.449.935 que corresponde a um impacto positivo de 1,9%.

Risco de taxa de câmbio

No que respeita ao risco cambial, o Bank Plus Bank Zártkorúen Múködő Részvénytársaság é a entidade do Grupo cuja carteira de crédito apresenta níveis significativos de exposição a moeda estrangeira para o Grupo. Com o objectivo único de proteger a sua carteira de crédito indexada em moeda estrangeira (euros e francos suíços) de variações cambiais, esta participada segue uma política de cobertura através da constituição de responsabilidades em moeda e montante equivalente à carteira de crédito indexada a cada moeda e, não sendo esta medida suficiente, através da contratação de instrumentos derivados de cobertura.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

A repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2008, por moeda, é analisada como segue:

(Valores expressos em euros)

Activo	2008						Valor Total
	Euro	Coroa Eslovaca	Zloty Polaco	Forint Húngaro	Franco Suíço	Real Brasileiro	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	248.697	-	254	10.577	-	-	259.528
Disponibilidades em outras instituições de crédito	85.913.076	475.058	973	2.091.529	48.965	-	88.529.601
Activos financeiros detidos para negociação	9.335.095	-	-	46.813	-	-	9.381.908
Activos financeiros disponíveis para venda	69.573	-	-	-	-	-	69.573
Aplicações em instituições de crédito	2.864.727	-	348.000	-	-	-	3.212.727
Créditos a clientes	797.894.522	14.071.448	4.106.860	9.868.051	141.143.800	-	967.084.681
Derivados de cobertura	70.913	-	-	-	-	-	70.913
Activos tangíveis	12.512.473	180.749	63.607	817.935	-	-	13.574.764
Activos intangíveis	374.305	4.059	9.913	121.219	-	-	509.496
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	15.445.572	15.445.572
Activos por impostos correntes	1.514.114	-	-	128.761	-	-	1.642.875
Activos por impostos diferidos	2.790.820	94.767	228.031	-	-	-	3.113.618
Outros activos	12.049.074	242.081	61.358	398.493	-	-	12.751.006
Total do Activo	925.637.389	15.068.162	4.818.996	13.483.378	141.192.765	15.445.572	1.115.646.262
Passivo							
Passivos financeiros detidos para negociação	9.640.201	-	-	272.209	453.259	-	10.365.669
Recursos de outras instituições de crédito	229.960.323	13.596.028	-	660.159	88.306.651	-	332.523.161
Recursos de clientes	4.112.297	-	-	77.206	-	-	4.189.503
Responsabilidades representadas por títulos	486.882.846	-	-	-	-	-	486.882.846
Derivados de cobertura	2.147.360	-	-	-	-	-	2.147.360
Provisões	1.125.000	-	-	283.254	-	-	1.408.254
Passivos por impostos correntes	(5.181)	5.181	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	209.536	-	-	209.536
Passivos subordinados	5.085.715	-	-	-	-	-	5.085.715
Outros passivos	29.604.455	232.714	196.716	2.870.447	-	-	32.904.332
Total do Passivo	768.553.016	13.833.923	196.716	4.372.811	88.759.910	-	875.716.376
Total Capital próprio	157.084.373	1.234.239	4.622.280	9.110.567	52.432.855	15.445.572	239.929.886
Total do passivo e capital próprio	925.637.389	15.068.162	4.818.996	13.483.378	141.192.765	15.445.572	1.115.646.262

A repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2007, por moeda, é analisada como segue:

(Valores expressos em euros)

Activo	2007						Valor Total
	Euro	Coroa Eslovaca	Zloty Polaco	Forint Húngaro	Franco Suíço	Real Brasileiro	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	145.132	28.986	1.216	10.761	-	-	186.095
Disponibilidades em outras instituições de crédito	89.910.961	355	15.063	323.550	-	-	90.249.929
Activos financeiros detidos para negociação	4.969.826	-	-	249.994	477.491	-	5.697.311
Activos financeiros disponíveis para venda	69.573	-	-	-	-	-	69.573
Aplicações em instituições de crédito	1.346.989	-	500.639	-	-	-	1.847.628
Créditos a clientes	849.436.747	7.534.216	1.846.242	9.628.662	115.636.284	-	984.082.151
Derivados de cobertura	6.704.780	-	-	-	-	-	6.704.780
Activos tangíveis	15.721.514	170.144	79.095	737.363	-	-	16.708.116
Activos intangíveis	420.491	1.869	23.135	135.341	-	-	580.836
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	17.167.066	17.167.066
Activos por impostos correntes	(130.153)	-	-	342.615	-	-	212.462
Activos por impostos diferidos	618.451	197.403	99.504	-	-	-	915.358
Outros activos	13.440.989	64.371	168	415.696	-	-	13.921.224
Total do Activo	982.655.300	7.997.344	2.565.062	11.843.982	116.113.775	17.167.066	1.138.342.529
Passivo							
Passivos financeiros detidos para negociação	4.271.264	-	-	35.028	-	-	4.306.292
Recursos de outras instituições de crédito	231.223.391	6.452.745	-	3.764.275	90.184.542	-	331.624.953
Recursos de clientes	4.476.407	-	-	64.307	-	-	4.540.714
Responsabilidades representadas por títulos	524.435.186	-	-	-	-	-	524.435.186
Derivados de cobertura	1.085.741	-	-	-	-	-	1.085.741
Provisões	1.625.000	-	-	-	-	-	1.625.000
Passivos por impostos correntes	469.564	-	-	-	-	-	469.564
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	352.753	-	-	352.753
Passivos subordinados	5.823.651	-	-	-	-	-	5.823.651
Outros passivos	33.931.351	321.277	96.321	652.882	502.516	-	35.504.347
Total do Passivo	807.341.555	6.774.022	96.321	4.869.245	90.687.058	-	909.768.201
Total Capital próprio	175.313.745	1.223.322	2.468.741	6.974.737	25.426.717	17.167.066	228.574.328
Total do passivo e capital próprio	982.655.300	7.997.344	2.565.062	11.843.982	116.113.775	17.167.066	1.138.342.529



Risco de liquidez

O planeamento financeiro e de liquidez é elaborado e gerido numa perspectiva de Grupo e contempla medidas preventivas para casos de falhas na obtenção de liquidez no mercado.

A política de captação de financiamentos assenta em primeiro lugar no princípio da diversidade das fontes de financiamento, e em segundo lugar na eficiência em termos de custo. A prioridade dada ao princípio da diversidade sustenta o empenho na não concentração excessiva em determinada fonte de financiamento, o que tem implicações preventivas em casos de escassez ou interrupções da oferta em qualquer uma, individualmente, das fontes de financiamento no mercado.

Anualmente é elaborado e integrado no orçamento geral do Grupo um orçamento das necessidades de tesouraria para cada actividade, que quantifica e integra as directrizes estratégicas de gestão de liquidez, nomeadamente no que concerne à composição e diversidade das fontes de financiamento. Este orçamento é analisado e aprovado pela Administração.

Com uma periodicidade mensal é revisto e actualizado o orçamento de tesouraria para os doze meses seguintes, sendo que é igualmente elaborado e dado a conhecer à Direcção Financeira e à Administração um relatório de tesouraria que releva, entre outros, a gestão da liquidez e da execução do orçamento de Tesouraria bem como a avaliação e controlo das exigências líquidas de fundos actuais e expectáveis em função de simulações de diversos cenários no que concerne às necessidades de fundos e à disponibilidade dos instrumentos financeiros projectados.

Mensalmente é ainda preparado e apresentado ao Conselho de Administração o mapa de gestão de fundos que enuncia, entre outras, todas as linhas de crédito contratadas, valores negociados e respectivas utilizações.

Na gestão de liquidez são controladas diariamente as obrigações das empresas do Grupo versus os recursos que as mesmas necessitam de disponibilizar, sendo gerida a utilização dos recursos de muito curto prazo em função do preço e da diversificação dos recursos utilizados por diferentes bancos financiadores de forma a gerir a relação com esses mesmos bancos.

Importa ainda referir que semestralmente o Banco Mais é alvo de avaliação da sua capacidade de cumprimento dos compromissos financeiros de curto prazo, levada a cabo por uma entidade externa independente, a Companhia Portuguesa de Rating, S.A.. Na sequência do referido, o Banco Mais possui rating de curto prazo A-1, o que significa que possui uma capacidade de cumprimento dos seus compromissos financeiros de curto prazo muito elevada.

Relativamente ao risco de liquidez, o Bank Plus Bank Zártkorúen Múkodó Részvénytársaság usa operações cambiais activas para fazer um *hedging* da sua carteira de crédito concedido em moeda estrangeira, de forma que variações na carteira da empresa tenham compensações equivalentes no valor das operações cambiais. Este *hedging* é feito moeda a moeda, nomeadamente euros e francos suíços.

Risco operacional

A estratégia de gestão do risco operacional do Grupo Tecnicredito estabelece os princípios de identificação, avaliação, controlo e mitigação do risco e está contida e sistematizada nas Normas Internas. Este é o documento de base que enforma as regras de prevenção do risco operacional definidas para o Grupo e logo as normas ajustadas às especificidades de cada país onde o Grupo opera.

O Gabinete de Estudo, órgão de *staff* independente que reporta directamente à Administração, tem à sua responsabilidade a função de *compliance*, no âmbito da qual, em parceria com as diversas áreas funcionais de Portugal e dos restantes países, procede à elaboração e actualização periódica dos normativos internos do Grupo, bem como à sua comunicação.

Estes normativos encontram-se publicados numa aplicação disponível em todos os países e acessível a todos os colaboradores. O seu cumprimento é alvo de verificação e controlo periódico em todos os departamentos das diversas participadas e respectivas sucursais, através de auditorias elaboradas pelas equipas de Auditoria Interna. Estes processos de auditoria culminam na elaboração de relatórios de auditoria que são veiculados junto das respectivas Direcções e da Administração.

Em paralelo com as referidas Normas Internas, elas próprias mitigadoras do risco operacional e promotoras da divulgação e adequado tratamento e resolução de situações eventualmente geradoras de risco operacional, o Grupo tem em utilização por todos os colaboradores o módulo de registo dos eventos de risco operacional para a actividade em Portugal, Espanha e Hungria, sendo produzidos mensalmente relatórios sobre os resultados obtidos.

Através do Módulo de risco operacional é possível registar, de modo organizado, todas as ocorrências nas áreas consideradas mais relevantes para o negócio, identificar, avaliar, monitorar o risco operacional e armazenar informações associadas a este risco.

São também efectuados controlos à base de dados com o intuito de detectar a existência de incongruências e realizadas auditorias.

Os *softwares* utilizados na gestão operacional do negócio são desenvolvidos internamente revelando um elevado nível de customização ao negócio desenvolvido e às realidades dos países onde o grupo opera, traduzindo-se tal facto num elevado número de restrições, limites e controlos impostos pelo próprio "sistema informático". Saliente-se ainda o elevado nível de segregação de funções como mais uma forma de controlo de irregularidades.

O *software* denominado "Informação de Gestão" é um módulo de *reports* onde consta a informação mais relevante do Grupo, segmentada por país, dentro de cada país, pelos vários departamentos, e com diferentes permissões de acesso consoante o tipo de utilizador. Este projecto permite um controlo mais rápido e eficaz sobre o risco operacional da empresa, permite a monitorização on-line das performances relacionadas com a actividade corrente, em cada uma das actividades desenvolvidas, e da prevenção e controlo de possíveis falhas, entre outros. Do ponto de vista do Controlo Interno esta aplicação revelou-se de excepcional importância uma vez que permitiu que diversos controlos estejam disponíveis on-line na rede interna do Grupo.

O Grupo tem em desenvolvimento e implementação um Plano de Contingência, que, na parte respeitante à garantia do funcionamento contínuo da actividade após a ocorrência de eventos susceptíveis de afectar essa continuidade (*Business Continuity Management*) se encontra em grande parte implementado.

Gestão de capital e Rácio de solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

A definição de estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência do Conselho de Administração encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do grupo para 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

	2008 Euros	2007 Euros
A - Fundos Próprios		
Capital realizado, prémios de emissão e acções próprias	17.500.000	17.500.000
Prémios de emissão	60.367	60.367
Resultados, reservas legais, estatutárias e resultados não distribuídos	198.152.046	169.890.660
Resultados positivos provisórios do exercício em curso	27.772.685	30.531.294
Reservas de reavaliação cambiais e de justo valor negativas	(5.487.382)	386.485
Activos Intangíveis, desvios actuariais em balanço e <i>Goodwill</i>	(509.496)	(633.179)
A1 - Fundos próprios de base excluindo acções preferenciais (CORE TIER I)	237.488.220	217.735.627
A2 - Fundos próprios de base (TIER I)	237.488.220	217.735.627
Dívida subordinada elegível	3.085.715	4.000.000
Fundos próprios complementares (TIER II)	3.085.715	4.000.000
Interesses em instituições de crédito e outras instituições financeiras	15.445.572	17.114.721
A3 - Fundos próprios elegíveis totais	225.128.363	204.620.906
B- Activos de risco equivalentes		
Calculados de acordo com o Aviso 1/93 (carteira bancária)	-	1.261.940.957
Calculados de acordo com o Aviso 5/07 (risco de crédito)	789.457.789	n.a.
Calculados de acordo com o Aviso 9/07 (risco de operacional)	165.843.823	n.a.
Total de activos de risco equivalentes	955.301.612	1.261.940.957
C- Rácios prudenciais		
Rácio Core Tier 1 (A1 / B)	n.a.	17,25%
Rácio Tier 1 (A2 / B)	n.a.	17,25%
Rácio de Solvabilidade (A3 / B)	n.a.	16,21%
D- Rácios Prudenciais		
Rácio Core Tier 1 (A1 / B)	24,86%	n.a.
Rácio Tier 1 (A2 / B)	24,86%	n.a.
Rácio de Solvabilidade (A3 / B)	23,57%	n.a.

48 - Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Sociedade ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 2 (alterada) – Pagamentos com base em acções: condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance, (ii) introduz o conceito de *non-vesting conditions* e (iii) determina que qualquer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

O Grupo não espera que o IFRS 2 alterado tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) - Concentrações de actividades empresariais e uma alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

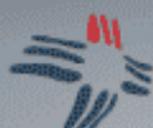
Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do calculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e a alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 - Segmentos operacionais, o qual foi adoptado para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.



O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatária a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IAS 1 (alterado) – Apresentação de demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Setembro de 2007 o IAS 1 (alterado) - Apresentação de demonstrações financeiras, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de *comprehensive income*.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de *comprehensive income*.

Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto das alterações impostas pelo IAS 1 ao nível das suas demonstrações financeiras.

IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Março de 2007 o IAS 23 (alterado) - Custos de empréstimos obtidos, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

O Grupo não espera que esta alteração ao IAS 23 tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros 'puttable' e obrigações decorrentes de liquidação

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros 'puttable' e Obrigações decorrentes de liquidação a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros 'puttable' e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (instrumentos 'puttable'), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma implica que alguns instrumentos que actualmente qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos apresentem determinadas características, nomeadamente que: (i) representem um interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos subordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições.

O IASB alterou ainda o IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração ao IAS 32 venha a ter impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

Alteração ao IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

Não se prevê que a presente alteração ao IAS 39 venha a ter impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

O IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

O Grupo não espera que o IFRIC 13 tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 - Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 - Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 - Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira.

O IFRIC 16 - Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008.

Esta interpretação visa clarificar que:

- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;
- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura;
- e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo.

Esta interpretação é de aplicação prospectiva. O Grupo não espera que a adopção desta norma tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para o Grupo em 2009.

As principais alterações decorrentes do *Annual Improvement Project* resumem-se como segue:

- Alteração ao IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras do Grupo;
- Alteração ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras do Grupo;
- Alteração ao IAS 16 - Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. Esta alteração ao IAS 16 não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo;
- Alteração ao IAS 19 - Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuada permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. As alterações ao IAS 19 não terão impacto nas demonstrações financeiras do Grupo;



• Alteração ao IAS 20 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. Esta alteração não deverá ter efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo;

• Alteração ao IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos ao nível das demonstrações financeiras do Grupo;

• Alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. Esta alteração não deverá ter efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo;

• Alteração ao IAS 28 - Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 - Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. Esta alteração não deverá ter efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo;

• Alteração ao IAS 38 - Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer quando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos nas contas do Grupo;

• Alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente às quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu

reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 - Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. O Grupo não espera actualmente impactos decorrentes da sua adopção;

• Alteração ao IAS 40 - Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 - Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. Actualmente, esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2008

Exmos. Senhores Accionistas da
Tecnicrédito SGPS, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Technicrédito SGPS, S.A., apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Technicrédito SGPS, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas referentes às contas consolidadas e às contas individuais, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes Anexos.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal das Contas Consolidadas e da Certificação Legal das Contas Individuais, ambos sem reservas, emitidas pela KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A., e com cujos teores concordámos.

Do Conselho de Administração e seus representantes obtivemos as informações e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas e individuais permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados; e
- c) O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas e Individuais referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2009

O Conselho Fiscal

António Freitas dos Santos (Presidente)

Manuel Rui dos Santos Caseirão (Vogal)

KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A.
representada por
Jean-éric Gaign (ROC nº 1013)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Tecnicredito SGPS, S.A., as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 1.115.646.262 euros e um total de capital próprio de 239.929.886 euros, incluindo um resultado líquido de 30.272.264 euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas Anexas.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Tecnicredito SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos consolidados de caixa e as alterações nos capitais próprios consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2009

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)



**Adopção das recomendações do FSF e do CEBS relativas à
transparência da informação e à valorização de activos**

Grupo Tecnocrédito SGPS / Banco Mais, S.A.

0. Introdução

Este anexo é apresentado em resposta às Cartas Circulares nº 46/08/DSBDR e nº 97/2008/DSB, ambas do Banco de Portugal, que por sua vez integram as exigências do CEBS (Committee of European Banking Supervisors) sobre transparência nas actividades e negócios afectados pelo período de turbulência dos mercados financeiros.

O objectivo é providenciar ao mercado informações relativas às actividades e negócios desenvolvidos pelo Grupo Tecnicrédito / Banco Mais que, de alguma forma, foram afectados pelo período de turbulência dos mercados financeiros. Importa desde já evidenciar que o Grupo / Banco não teve, nem tem, qualquer envolvimento em operações *subprime* / “activos tóxicos”, pelo que não registou qualquer perda relacionada com este tipo de operações.

I. Modelo de Negócio

1. Descrição do modelo de negócio (i.e. razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência)

O Grupo Tecnicrédito / Banco Mais desenvolve a sua actividade na área da concessão de crédito ao consumo, nomeadamente no crédito automóvel a particulares, que continua a ser o sub-segmento de negócio mais representativo, embora a sua actividade se estenda também às áreas do crédito pessoal, crédito lar, crédito saúde, máquinas agrícolas, crédito tomado sem recurso (crédito *stock*) e, mais recentemente, os cartões de crédito. Acresce que o Grupo não desenvolve actividades de colocação de fundos em aplicações financeiras com risco. Neste âmbito, as actividades desenvolvidas pelo Grupo / Banco não se inserem no conjunto das afectadas pelo período de turbulência dos mercados financeiros.

No que respeita ao financiamento da actividade, o Grupo / Banco tem apresentado uma estratégia de manutenção de elevados níveis de fundos próprios (rácio de solvabilidade consolidado de 24,6% no final de 2008), sendo que no que respeita ao financiamento externo da actividade, a estratégia do Grupo, dentro das ofertas do mercado de financiamento a cada momento, coloca ênfase na diversificação do *funding*, seguindo-se a eficiência de custos.

Em termos de *funding*, 2008 foi marcado pelo período de aumento das emissões no âmbito do programa de ABCP – BMORE5, que justificou a entrada líquida de 120 milhões de euros neste ano, e pela manutenção do apoio ao Grupo / Banco da generalidade da banca doméstica.

Para além do referido, o Grupo, através do Banco Mais, tem mais dois programas de titularização - BMORE3 e BMORE4, do tipo *asset backed securitization (ABS)*, ambos já nos respectivos períodos de amortização, sendo que, a totalidade dos programas de titularização atingiram, no final de 2008, um total de 350 milhões de euros. Esta cifra significou a manutenção do seu peso relativo na estrutura de *funding* do Grupo (44%).

As operações de titularização do Grupo, em que o Banco Mais actua na qualidade de originador, não foram directamente afectadas pelo período de turbulência nos mercados financeiros, tendo o efeito da crise se sentido, tal como nas restantes fontes de financiamento, em algum ajustamento do *pricing*. Todas as emissões previstas ocorrer em 2008, ao abrigo dos programas de titularização, foram concretizadas com sucesso.

Na sequência do período de turbulência dos mercados financeiros, o Grupo Tecnicrédito em geral e o Banco Mais em particular não introduziram alterações no seu modelo de negócio nem na sua estratégia.

A BMORE 5 foi iniciada em 7 de Dezembro de 2007 e trata-se de uma operação que prevê a existência de duas fases, sendo a primeira um *ramp-up asset backed commercial paper (ABCP)*, com um prazo de 36 meses durante o qual o Banco tem a faculdade de ceder novas tranches, incrementando assim o valor total dos activos cedidos. A segunda fase, possível mas não garantida, consiste num normal programa de ABS, com um prazo de 10 anos. O limite máximo fixado para esta operação foi de 400 milhões de euros. Caso a segunda fase da operação (ABS) não se concretize no prazo máximo de 36 meses a contar do início da operação, por razões de mercado ou outras, o montante vivo da operação ABCP iniciará um processo de amortização gradual, de acordo com o normal recebimento verificado nos contratos cedidos ao abrigo do programa em causa.

O Banco Mais informa sempre o Banco de Portugal das condições de realização das suas operações de titularização, dando cumprimento ao disposto na Instrução 18/2004, prestando toda a informação e esclarecimentos solicitados, não tendo nenhuma das operações qualquer posição do tipo *sub-prime*.



Os passivos emitidos pelos *Special Purpose Entities (SPE)* de cada operação de titularização realizada pelo Banco Mais foram colocados em entidades externas ao Grupo Tecn crédito, tendo este retido, por questões económicas (de rentabilidade), os títulos de maior grau de subordinação - "*first loss position*". No caso da Bmore 5 o Grupo reteve também *Júnior Units*.

O Banco Mais, em particular, e o Grupo Tecn crédito, em geral, não têm qualquer envolvimento nouro tipo de operações que utilizem SPE ou produtos estruturados.

2. Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados)

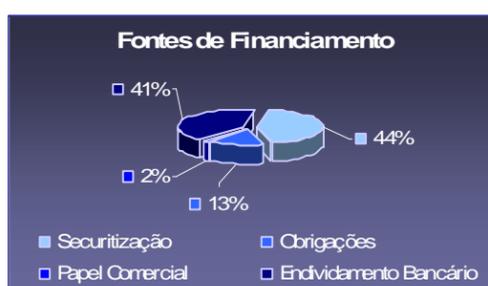
No que respeita às operações de titularização, a estratégia do Grupo Tecn crédito / Banco Mais é a sua utilização como uma fonte de financiamento, utilizada a par com outras fontes de financiamento mais tradicionais.

O Banco Mais, em particular, e o Grupo Tecn crédito, em geral, não têm qualquer envolvimento nouro tipo de operações que utilizem SPE ou produtos estruturados.

3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos)

O montante global associado à utilização dos programas de titularização de activos ascendia, no final de 2008, a 350 milhões de euros, o que representava 44% dos fundos externos utilizados pelo Grupo.

É de notar que no sentido de diversificação das fontes de financiamento, o Grupo tem vindo a reduzir o peso das operações de titularização na sua estrutura de financiamentos externos (74% em 2004, 64% em 2005, 56% em 2006, 44% no final de 2007 e de 2008).



Acresce que na sua estrutura de financiamento, para além de uma composição diversificada de capitais alheios, o Grupo também se financia através de capitais próprios, que representavam 22% do total do activo no final de 2008.

4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir

O Banco Mais detém três operações de titularização de créditos vivos, nenhuma das quais, tem associado qualquer tipo de exposição *sub-prime*. Todas as operações (descritas em seguida) implicaram a cedência a SPEs de conjuntos de contratos representativos da carteira de crédito do Banco a cada momento, tendo estas SPE financiado a aquisição destes créditos emitindo dívida, adquirida por entidades externas ao Grupo Tecn crédito, tendo sido retidos pelo Grupo os títulos *first lost position*. No caso da Bmore 5 o Grupo reteve também *Júnior Units*.

As três operações referidas são as seguintes:

BMORE Finance No. 3 plc

A operação de titularização BMORE Finance No. 3 plc foi efectuada em 17 de Maio de 2002 com uma SPE sediada em Dublin, no âmbito da qual foram vendidos contratos de crédito ao consumo de veículos automóveis em estado usado e novo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O preço de venda foi de 105% do par, os custos de processo da venda inicial representaram 1% do par.

O prazo total da operação é de 9 anos, com um *revolving period* de 3 anos e um limite da operação fixado em Euros 400.000.000. No final de 2008 o valor dos contratos vivos cedidos ao abrigo desta operação ascendia a Euros 13.365.699.

BMORE Finance No. 4 plc



A operação de titularização BMORE Finance No. 4 plc foi efectuada em 18 de Maio de 2004 com uma SPE sediada em Dublin, no âmbito da qual foram vendidos contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O preço de venda foi de 105% do par, os custos de processo da venda inicial representaram 1% do par.

O prazo total da operação é de 10 anos, com um *revolving period* de 3 anos e um limite da operação fixado em Euros 400.000.000. No final de 2008 o valor dos contratos vivos cedidos ao abrigo desta operação ascendia a Euros 123.053.027.

BMORE Finance No. 5 fundo

A operação de titularização BMORE Finance No. 5 fundo foi efectuada em 7 de Dezembro de 2007, no âmbito do qual foram vendidos contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro.

Esta é uma operação que prevê a existência de duas fases,, sendo a primeira um ramp-up ABCP com um revolving period de 36 meses que corresponde ao prazo desta fase e a segunda fase um programa de ABS, com um prazo de 10 anos. O limite da operação foi fixado em Euros 400.000.000. No final de 2008 o valor dos contratos vivos cedidos ao abrigo desta operação ascendia a Euros 208.528.550.

Caso a segunda fase da operação (ABS) não se concretize no prazo máximo de 36 meses a contar do início da operação, por razões de mercado ou outras, o montante vivo da operação ABCP iniciará um processo de amortização gradual, de acordo com o normal recebimento verificado nos contratos cedidos ao abrigo do programa em causa.

Os passivos emitidos pelos SPE de cada operação de titularização realizada pelo Banco Mais foram colocados em entidades externas ao Grupo Tecn crédito, tendo este retido os títulos de maior grau de subordinação - *first loss position*. No caso da Bmore 5 o Grupo reteve também *Júnior Units*.

O Banco Mais, em particular, e o Grupo Tecn crédito, em geral, não têm qualquer envolvimento noutra tipo de operações que utilizem SPE ou produtos estruturados.

5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida

Conforme referido, o objectivo do Grupo Tecn crédito ao realizar operações de titularização na condição de Originador (através do Banco Mais) é obter financiamento para o desenvolvimento da sua actividade. Para além da posição de Originador assumida pelo Banco Mais nas operações realizadas pelo Grupo e da retenção em empresas do Grupo dos títulos de maior grau de subordinação e de *Júnior Units* (no caso da BMORE5), o Banco Mais assume também a qualidade de *servicer* das operações.

II. Riscos e Gestão dos Riscos

6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados

No âmbito das operações de titularização, o Grupo / Banco incorre em risco de crédito decorrente dos activos detidos pelo Grupo e que foram emitidos ao abrigo destas operações – *first lost position*, e cuja recuperação do capital investido depende do risco de crédito das operações cedidas ao abrigo das operações de titularização de créditos. Sendo as operações cedidas uma amostra representativa da carteira de crédito do Banco Mais, cumprindo critérios de exigibilidade, o risco de crédito inerente aos activos cedidos é em linha com o risco de crédito da carteira de crédito retida. Os valores da imparidade do Grupo têm também em conta o risco de crédito dos activos cedidos nas referidas operações de titularização.

O risco de taxa de juro das operações de titularização encontra-se parcialmente coberto, sendo a exposição a este risco gerida no Grupo centralmente e de forma global para toda a carteira de activos e passivos.

No que respeita ao risco de liquidez, sendo as operações de titularização de créditos uma importante fonte de financiamento para o Banco, o risco deste tipo de operações deixar de estar disponível / deixar de ser aceite pelo mercado poderia ter impacto significativo, não fora o esforço e planeamento levados a cabo que asseguram as necessidades de liquidez do Grupo mesmo em caso de limitação ao recurso a este tipo de financiamentos.

7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas

No que às operações de titularização diz respeito, a sua gestão de risco está integrada na gestão de risco do Grupo Tecn crédito, sendo a carteira de contratos titularizados gerida e controlada de forma similar à restante carteira de crédito do Banco. Para além do referido, as carteiras titularizadas são alvo de acompanhamento isolado do seu risco de crédito de forma a aferir a cada momento a sua qualidade e o



cumprimento dos *triggers* impostos aos rácios de incumprimento da operação, nunca ultrapassados pelo Banco em nenhuma das operações.

As políticas e práticas de gestão de risco do Grupo / Banco são detalhadamente descritas no Relatório e Contas do exercício de 2008 no anexo às contas, num capítulo exclusivamente dedicado a esta temática (nota 47 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Tecn crédito e nota 49 do anexo às demonstrações financeiras individuais do Banco Mais).

Quanto às fragilidades identificadas no que ao risco de crédito diz respeito (em termos genéricos, afectando também os contratos cedidos ao abrigo de operações de titularização), o Grupo / Banco começa a sentir alguma deterioração da capacidade de pagamento dos seus clientes em resultado da situação económico-financeira actual, tendo neste âmbito tomado algumas medidas preventivas e correctivas que passam, genericamente, por políticas mais restritivas ao nível da concessão de crédito, e pela renegociação das condições de alguns contratos, com um bom histórico de pagamentos, mas com recentes sinais de imparidade, através da extensão dos prazos dos empréstimos e nalguns casos com reforço de garantias.

Ainda no contexto das fragilidades identificadas, mas agora em termos de risco de liquidez, sendo as operações de titularização de créditos uma importante fonte de financiamento para o Banco, o risco deste tipo de operações deixar de estar disponível / deixar de ser aceite pelo mercado poderia ter impacto significativo na capacidade de financiamento do Grupo. No entanto, o planeamento financeiro e de liquidez, que desde há alguns anos a esta parte têm como prioridade a diversificação das fontes de financiamento, permitem assegurar as necessidades de liquidez do Grupo mesmo em caso de limitação ao recurso a este tipo de financiamentos.

III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados;

O Grupo, e em particular o Banco Mais, não sofreram qualquer impacto de *write-downs* nos seus resultados.

A descrição qualitativa e quantitativa dos resultados do Grupo Tecn crédito e do Banco Mais consta no Relatório e Contas de 2008 (Relatório do Conselho de Administração e Demonstrações Financeiras).

9. Decomposição dos "write-downs"/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS)

Não aplicável porque os resultados do Banco Mais e do Grupo Tecn crédito não foram afectados pelos referidos *write-downs*/perdas.

10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido

Não aplicável porque os resultados do Banco Mais e do Grupo Tecn crédito não foram afectados pelos referidos *write-downs*/perdas.

11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência

Não aplicável porque os resultados do Banco Mais e do Grupo Tecn crédito não foram afectados pelos referidos *write-downs*/perdas.

12. Decomposição dos "write-downs" entre montantes realizados e não realizados

Não aplicável porque os resultados do Banco Mais e do Grupo Tecn crédito não foram afectados pelos referidos *write-downs*/perdas.

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade

Não aplicável, porque os resultados do Banco Mais e do Grupo Tecn crédito não foram afectados pelos referidos *write-downs*/perdas e também porque nenhuma das sociedades tem acções cotadas.

14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado

O prolongamento do período de turbulência ou a recuperação do mercado poderão afectar o Banco Mais e o Grupo Tecn crédito apenas de forma indirecta, por via do seguinte:



- aumento ou decréscimo da mora da carteira de crédito em resultado da redução ou aumento da capacidade financeira das famílias para fazer face ao pagamento dos seus compromissos, capacidade esta fortemente condicionada pela evolução das taxas de juro;
- aumento ou redução do custos do *funding*.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos "spreads" associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto

Os mercados internacionais e interbancários de concessão de crédito têm sofrido, recentemente, uma significativa subida dos *spreads*, traduzindo a redução de liquidez disponível nesses mercados. As principais consequências deste facto foram, no caso do Grupo Tecn crédito/Banco Mais, a ampliação dos *spreads* pagos para a obtenção de fundos, factor que contudo tem vindo a ser compensado pela recente drástica diminuição da Euribor.

No referido contexto, procedeu-se à análise do impacto nos resultados da Tecn crédito SGPS, em termos consolidados, das variações dos *spreads* verificadas entre final de 2007 e final de 2008, que ascendeu a 640 mil euros.

A metodologia utilizada para aferir o referido impacto foi a seguinte:

- Cálculo da variação da taxa de juro média ponderada para cada tipo de financiamento ocorrida entre o início e o fim do período analisado;
- Dedução às variações acima calculadas da variação média verificada nos respectivos indexantes para obtenção da variação média ponderada dos *spreads* por tipo de financiamento;
- Multiplicação da variação dos *spreads* de cada tipo de financiamento pelo respectivo saldo médio de utilização;
- Adição dos impactos verificados nos diversos tipos de financiamento de modo a obter o impacto global.

IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

Não aplicável uma vez que o Banco Mais e o Grupo Tecn crédito não têm exposições afectadas pelo período de turbulência.

V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização

22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico

No âmbito das operações de titularização de créditos, o Grupo consolida pelo método integral as entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – Consolidação de Entidades de Finalidade Especial.

23. Consolidação das SPE e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência

No que respeita à consolidação das SPE foi respondido no ponto 22. O restante não se aplica.

24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros

- Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor:

O Grupo / Banco aplica o justo valor à sua carteira de derivativos, composta maioritariamente por *swaps* de taxa de juro que visam cobrir o risco de alguns dos passivos de taxa variável. Apenas a filial da Hungria, entidade do Grupo cuja carteira de crédito apresenta exposição a moeda estrangeira, tem na sua carteira de derivados instrumentos de cobertura de risco cambial.

O justo valor é registado mensalmente de acordo com a classificação de cada instrumento (negociação ou cobertura).



- Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia):

O Grupo / Banco não apresenta uma hierarquia de justo valor, uma vez que todas as valorizações são obtidas de instituições financeiras que operam no mercado.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Activos / Passivos financeiros de negociação e as operações de cobertura de justo valor podem ser analisadas nas notas 19 e 30 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Tecnocrédito e nas notas 21 e 32 do anexo às demonstrações financeiras individuais do Banco Mais.

- Tratamento dos "day 1 profits" (incluindo informação quantitativa):

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação, pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado mensalmente, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura, caso em que essas variações são consideradas na situação líquida como reservas de justo valor.

As variações do exercício de 2008 foram as que se pode observar na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Tecnocrédito e na nota 6 do anexo às demonstrações financeiras individuais do Banco Mais.

- Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição):

Não se aplica.

25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros (...).

Não se aplica, pois o Grupo / Banco não utiliza modelos internos de avaliação para valorizar os instrumentos identificados no ponto acima.

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

A Tecnocrédito SGPS / Banco Mais prepara as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia (no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal).

No que respeita aos Instrumentos Financeiros, o Grupo / Banco aplica a IAS 32 nas suas divulgações, tendo ainda mantido em 2008, em consistência com o adoptado em 2007, o IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações.

A preparação das demonstrações financeiras e respectivas notas anexas assentam nas políticas contabilísticas vigentes e no princípio da transparência de informação.

As demonstrações financeiras individuais do Banco Mais e as consolidadas do Grupo encontram-se publicadas no site do Banco de Portugal e no site institucional do Grupo (cumprimento do Aviso 6/2003), permitindo assim a sua consulta não só pela entidade de supervisão mas também por qualquer outra entidade (clientes actuais e potenciais, parceiros de negócio, colaboradores e investidores).

Numa base regular, o Banco Mais e a Tecnocrédito SGPS cumprem com o disposto na legislação emitida pelo Banco de Portugal através de Instruções e Avisos (sempre que aplicáveis), enviando atempadamente os reportes de natureza prudencial e estatística.

Para além de dar cumprimento aos normativos emanados pelo Banco de Portugal, as sucursais e filial húngara cumprem com as obrigações de reporte locais, prestando informação clara e transparente às respectivas entidades de Supervisão.

